WENDY GOLDMAN

MULHER, ESTADO E REVOLUÇÃO

Edições Iskra

BOITEMPO EDITORIAL

Sobre *Mulher, Estado e revolução*
Liliana Segnini

"A difícil relação entre vida cotidiana e belos ideais" é o tema deste livro, conforme enuncia a autora, Wendy Goldman. A história política e social da Rússia e da União Soviética constitui seu campo de pesquisa e publicações e neste livro ela analisa o período que vai do triunfo da Revolução em 1917 até 1936, quando os controles da burocracia stalinista se evidenciaram com maior força.

Cuidadosa e longa pesquisa em arquivos, nas leis ratificadas, nas atas de reuniões entre bolcheviques lhe informaram as respostas, plenas de contradições, às perguntas que a orientaram na elaboração das hipóteses. Em síntese Goldman indagou, com base nas condições materiais da União Soviética depois da Revolução, "quais são as condições necessárias para se realizar ideais revolucionários? É possível que se crie total liberdade sexual para homens e mulheres sob condições de desemprego, discriminação e persistência de atitudes patriarcais? O que podemos aprender da experiência de nossos camaradas, especialmente a classe trabalhadora e as mulheres camponesas, depois da Revolução Russa?"

A superação da opressão das mulheres na sociedade, especialmente na família e no trabalho, era ponto fundamental dos bolcheviques para construir uma sociedade igualitária. A Revolução reclamava por novas relações políticas e de produção; as desigualdades de classe e de gênero seriam superadas, inclusive com apoio legal.

O Código do Casamento, da Família e da Tutela (1918) elaborado pelo Comitê Executivo Central do Soviete expressou a perspectiva revolucionária das relações sociais de um novo tipo, baseadas na igualdade das mulheres, e estabeleceu a organização familiar, os direitos das crianças e dos jovens, o amor livre. Foi criado para se tornar rapidamente obsoleto, desnecessário frente ao amadurecimento social dos princípios revolucionários.

A autora salienta que os bolcheviques compreendiam que a resolução da contradição entre trabalho e família era uma tarefa socialista. Sob o socialismo, o trabalho doméstico seria transferido para a esfera pública: as tarefas realizadas individualmente por milhões de mulheres em suas casas seriam assumidas por trabalhadores assalariados em refeitórios, lavanderias e creches comunitários. Mulheres se veriam livres para ingressar na esfera pública em condições de igualdade com os homens, desvencilhadas das tarefas domésticas. As mulheres seriam educadas e pagas igualitariamente e seriam capazes de buscar seu próprio desenvolvimento e seus objetivos pessoais. Sob tais circunstâncias, o casamento se tornaria supérfluo. Homens e mulheres se uniriam e se separariam como quisessem, desassociados das pressões deformadoras da dependência econômica. A família, arrancada de suas funções sociais prévias, definharia gradualmente, deixando em seu lugar indivíduos autônomos e iguais, livres para escolher seus parceiros com base no amor e no respeito mútuo.

Casamentos, divórcios, abortos informam às estatísticas números que expressam as contradições vividas numa sociedade em construção, na qual a pobreza desafiou muitos ideais e o compromisso libertário bolchevique foi, política e socialmente, substituído pelo fortalecimento repressivo da unidade familiar.

Sobre a autora

Wendy Goldman é professora do Departamento de História da Carnegie Mellon University e especialista em estudos políticos e sociais sobre a Rússia e a União Soviética. Autora de diversos livros sobre gênero e classe trabalhadora, já foi traduzida para russo, espanhol, italiano, alemão, francês, tcheco e japonês. Com o livro Mulher, Estado e revolução, ganhou o Berkshire Conference Book Award em 1994. É diretora de um intercâmbio universitário entre a Carnegie Mellon e a Universidade Estadual para Humanidades, em Moscou.

WENDY GOLDMAN
MULHER,
ESTADO
E REVOLUÇÃO
política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Em alguns poucos anos, o centenário da Revolução Russa estará diante de nós. A Revolução e seus frutos modelaram a política e os eventos do século XX tão profundamente que é como se ela tivesse ocorrido há pouco tempo. Ativistas e revolucionários de todo o mundo se basearam no legado da Revolução, inspirados pelos sonhos revolucionários. Gerações sucessivas, fascinadas pela Revolução, participaram das grandes lutas dos trabalhadores industriais e das rebeliões camponesas dos anos 1930, da resistência antifascista da Segunda Guerra Mundial, de movimentos anticolonialistas e anti–imperialistas, do grande ascenso estudantil dos anos 1960 e 1970, e dos mais recentes protestos do novo milênio. Apesar de o stalinismo e as forças antidemocráticas de repressão terem prestado um triste serviço para desacreditar a Revolução e seu significado, o grande experimento soviético tem muito a ensinar. Enquanto o espaço entre ricos e pobres cresce cada vez mais, e os trabalhadores recebem apenas uma pequena porção do valor que eles produzem para as grandes empresas, a determinação dos trabalhadores em controlar as terras, as fábricas e os serviços oferecidos ainda tem grande relevância para a maioria da população mundial. Em um mundo no qual terra, água, animais e seres humanos estão sendo envenenados e destruídos pelo insustentável dinamismo do capitalismo, o princípio do “crescimento incessante e lucro” está sendo questionado. Fico muito satisfeita por *Mulher, Estado e revolução* ter agora uma edição brasileira e, assim, ganhar um horizonte mais vasto de leitores. Faço uma calorosa saudação aos meus leitores de língua portuguesa e espero que vocês encontrem nestas páginas algo que possa ser útil tanto em suas vidas pessoais quanto nas lutas coletivas.

Este livro retrata as grandes experiências da libertação da mulher e do amor livre na União Soviética depois da Revolução, além do que sucedeu dessas experiências com a direção stalinista. Seu tema é a difícil relação entre vida cotidiana e belos ideais. O livro examina as condições materiais da União Soviética depois da Revolução e explora o que era realmente possível sob a luz dessas condições. Seus questionamentos são relevantes para qualquer Revolução ou movimento social: quando um novo mundo poderá ser criado? Quais são as condições necessárias para se realizar ideais revolucionários? É possível que se crie total liberdade sexual para homens e mulheres sob condições de desemprego, discriminação e persistência de atitudes patriarcais? O que podemos aprender da experiência de nossos camaradas, especialmente a classe trabalhadora e as mulheres camponesas, depois da Revolução Russa?

Eu comecei a me interessar pelo tema do “amor livre” muitos anos atrás, quando era estudante de ensino médio e ativista de esquerda nos anos 1970, em Nova York. Naquela época, muitos grupos radicais debatiam como deveriam ser as “novas relações” entre homens e mulheres. Como deveriam viver as pessoas que estão comprometidas com mudanças sociais? Como poderíamos colocar em prática valores que desejamos ver em uma nova sociedade? Todos aderiam formalmente à noção de igualdade entre homens e mulheres, apesar de, na prática, os homens normalmente tomarem posições de liderança, ao passo que as mulheres faziam um trabalho mais organizacional. Os homens faziam longos e intensos discursos nos encontros; as mulheres falavam menos e com menos confiança. Os homens pareciam ter o domínio de importantes textos teóricos; as mulheres ficavam menos confortáveis com a teoria e em demonstrar suas habilidades intelectuais. Resumindo, as relações de gênero entre jovens radicais, em última instância, eram uma réplica do que acontecia na sociedade como um todo.

Um grande debate que fascinava a todos (em parte porque nós éramos jovens!) era sobre monogamia. A monogamia era um repressivo sistema social que deveria ser “esmagado”? Ou os jovens ativistas deveriam se espelhar nos trabalhadores e, assim, reproduzir a família estável e monogâmica? Alguns grupos revolucionários encorajavam os casais a serem monogâmicos e até a se casarem. Outros tratavam o casamento com desprezo, considerando-o uma forma de escravidão para ambos os sexos. Como uma jovem mulher naquela época, eu me encantava com esses debates. Por um lado, as possibilidades de relacionamentos não monogâmicos pareciam excitantes. Por outro, eu identificava homens que se aproveitavam dessas ideias apenas para dormir com várias mulheres e não ter de assumir responsabilidade alguma. Quando as mulheres protestavam contra esse tratamento, os homens as acusavam de “burguesas” ou “ciumentas” – em outras palavras, não eram dignas de ideais progressistas.

Nos anos 1980, os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos foram varridos por

uma reação da direita. Eu decidi me formar na escola para poder estudar a história da Rússia. Queria entender por que os ideais do movimento revolucionário russo resultaram na repressão política e social do stalinismo. Um dia, na biblioteca, perpassei um relatório estenográfico sobre um encontro de homens e mulheres, na União Soviética, nos primeiros anos após a Revolução. Eles debatiam sobre família e monogamia, discutindo as mesmas questões que eu lembrava da minha própria experiência. Esses camaradas soviéticos pareciam extremamente familiares e, ainda assim, diferentes de seus companheiros dos dias atuais. Seus sonhos, ideais e esperanças eram os mesmos. Ainda assim, as condições que eles encaravam eram diferentes.

Mulher, Estado e revolução explora por que o primeiro experimento com o amor livre e a emancipação da mulher falhou. Combinando história política e social, o livro recupera não apenas as lições discutidas por juristas e revolucionários, mas também as lutas diárias e ideias de mulheres trabalhadoras e camponesas. Nos anos 1920, milhões de crianças desabrigadas vagueavam pelas estações de trem e cidades da União Soviética. Mulheres procuravam emprego em uma área industrial destruída por anos de guerra. A maioria das pessoas ainda vivia em vilas rurais atoladas na pobreza, com acesso restrito a hospitais, escolas ou rodovias. Camponeses viviam em famílias grandes e multifamiliares, que dividiam a terra, animais, ferramentas e uma economia caseira comum. As mulheres tinham poucas oportunidades nessas famílias patriarcais, mas, ao mesmo tempo, não poderiam viver independentemente da família nem cuidar da terra sozinhas. No campo, as mulheres dependiam, em geral, da família patriarcal para sobreviverem. As mulheres da classe trabalhadora também dependiam da família e do salário do marido. Sem terem acesso a um salário decente e independente, não conseguiam sustentar suas crianças ou os pais idosos. Apesar de a primeira Constituição soviética ter facilitado o divórcio, camponesas e mulheres trabalhadoras não podiam sustentar suas famílias nem a si próprias sem terra e salário independentes. Tais condições levaram muitas mulheres a se posicionarem contra o amor livre e o divórcio fácil. As condições que elas enfrentaram ainda prevalecem, hoje, em muitas partes do mundo, onde mulheres que vivem em áreas rurais e urbanas pobres têm de lutar para sobreviver.

Desde os setores comunistas cristãos até os dias de hoje, os ideais do amor livre sempre intrigou os jovens radicais. Ainda assim, não precisamos que o passado se repita sem fim. De muitas maneiras, as experiências dos nossos camaradas soviéticos, suas realizações e suas derrotas, apontam soluções para o futuro. Tais experiências sugerem que se criarmos pleno emprego e salários com os quais possamos viver de fato, para homens e mulheres, a independência para ambos os sexos virá como consequência. Se as mulheres tiverem o controle sobre seus próprios corpos, acesso ao aborto legal e seguro, opção de controle de natalidade saudável e bons cuidados médicos, elas poderão exercer sua liberdade sexual. Se os homens assumirem responsabilidades iguais pelos filhos e pelas tarefas domésticas, as mulheres poderão se realizar como seres humanos iguais. Creches, restaurantes públicos e lavanderias, tudo isso para que as mulheres possam se livrar do fardo dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, os quais normalmente têm de suportar.

Dedico esta edição brasileira de *Mulher, Estado e revolução* aos jovens que tentam criar um novo mundo de justiça econômica e política. Aprendam com o passado e lutem pelo futuro. Ele pertence a vocês.

Wendy Goldman
Pittsburgo, 15 de dezembro de 2013

PRÓLOGO

AMOR E REVOLUÇÃO

Em outubro de 1917, a classe operária russa tomou o céu por assalto, chegando à ditadura do proletariado antes que os países avançados da Europa. Esta obra que vem agora a público no Brasil, *Mulher, Estado e revolução,* trata da Revolução Russa através do olhar das mulheres. São as grandes experiências na libertação feminina e sobre o amor livre após a tomada do poder. O estudo vai desde a triunfante Revolução operária de 1917 até 1936, quando o regime já se encontrava sob o controle da burocracia stalinista.

A estratégia bolchevique de libertação da humanidade através de uma revolução operária incluía a luta contra a opressão às mulheres e a outros setores da sociedade. Após a tomada do poder, porém, essa problemática se colocava de forma muito mais concreta, lançando aos revolucionários o desafio de levar adiante todos os âmbitos da construção de uma sociedade comunista, desde as questões do modo de vida, da organização familiar e das relações humanas em geral.

Essa tentativa acompanha os avanços da classe trabalhadora no âmbito internacional, já que toda a luta dos bolcheviques está sob o crivo dos enormes atrasos na economia e na cultura da Rússia. A situação social numa época de guerra civil era de centenas de milhares de mortes por fome e frio. Todos os sonhos dos bolcheviques se chocaram com tal realidade, uma verdadeira obra de criação contra as pressões de todos os imperialismos atuando contra os anseios revolucionários, ao mesmo tempo que confirmava a teoria da revolução permanente, isto é, que a luta de classes não termina após a tomada do poder. Leon Trotski, grande elaborador dessa teoria, também ressaltava que

> A Revolução de Outubro inscreveu em sua bandeira a emancipação da mulher e produziu a legislação mais progressista na história sobre o matrimônio e a família. Isso não quer dizer, no entanto, que imediatamente a mulher soviética conquistou uma "vida feliz". A verdadeira emancipação da mulher é inconcebível sem um aumento geral da economia e da cultura, sem a destruição da unidade econômica familiar pequeno-burguesa, sem a introdução da elaboração socializada dos alimentos e sem educação.[1]

Esse questionamento frontal à forma de organização do Estado capitalista colocou em primeiro plano a necessidade de libertar as mulheres do que os bolcheviques consideravam como a "escravidão do lar". E, ao mesmo tempo que sustentavam que o trabalho doméstico deveria ser separado por completo do lar, também apontavam a necessidade de as mulheres fazerem parte da produção, como trabalhadoras, conquistando assim uma independência econômica fundamental em relação aos homens.

Nesta obra, Goldman retrata quais foram as origens dessa visão bolchevique para defender o amor sem entraves e uma sociedade na qual as mulheres pudessem ser verdadeiramente livres. Ela começa por apontar que:

> Em outubro de 1918, menos de um ano após a chegada dos bolcheviques ao poder, o Comitê Executivo Central do Soviete (VTsIK), o mais alto órgão legislativo, ratificou um Código completo do Casamento, da Família e da Tutela. O Código captou em lei uma visão revolucionária das relações sociais, baseada na igualdade das mulheres e no "definhamento" (*otmiranie*) da família.

É importante ressaltar que esses debates ocorriam em meio a uma situação conturbada para a consolidação da Revolução. A paz de Brest-Litovisk foi firmada apenas em 3 de março de 1918. Mesmo com todos esses desafios e a ofensiva sangrenta dos inimigos da Revolução, com a guerra civil perdurando até 1922, não cessaram os debates sobre a libertação feminina.

Com o Código de 1918, a igualdade perante a lei proporcionou às mulheres muitos direitos para decidir sobre suas próprias vidas. Contudo, os bolcheviques lutavam também pela igualdade não somente perante a lei, mas perante a vida cotidiana. Muitos estudos foram realizados após a Revolução sobre o trabalho e o tempo, sobre a quantidade de horas que mulheres e homens da classe trabalhadora dedicavam ao trabalho doméstico. Era nítido que os homens podiam se desenvolver como seres humanos, ao passo que as mulheres serviam à família, aponta também Goldman. Os revolucionários russos, portanto, avançaram nesse sentido socializando o trabalho doméstico por meio de lavanderias, creches e restaurantes públicos, reduzindo-o assim ao mínimo

possível. Somente uma sociedade comunista é capaz de levar adiante essa tarefa.

Tal condição material, fundamental para a libertação das mulheres, era um passo extremamente largo, porém ainda insuficiente. Dava as condições materiais para a libertação feminina e permitia que as relações capitalistas não atravessassem as relações sociais em todos os seus âmbitos. Mas a opressão milenar às mulheres não poderia ser transformada de um dia para o outro, e todo um processo de "revolução dentro da revolução" deveria avançar. Por isso reflexões acerca das formas de relação social, da criação coletiva das crianças e do amor foram tema de debates calorosos entre os pensadores revolucionários da Rússia pós-1917.

Goldman investigou atas de reuniões entre bolcheviques que debatiam como deveria ser a organização familiar, os direitos das crianças, o direito da juventude de se emancipar do poder de seus pais e o direito ao amor livre, sem entraves. Hierarquias de todo o tipo foram questionadas, não somente "o monarca e seus homens da lei, a polícia e os sacerdotes; os proprietários e os gerentes, os oficiais e os amos", como também aquelas dentro da família e de outras ordens de organização social – como as escolas, que se tornaram mistas, e professores, estudantes e trabalhadores criaram sovietes para governá-las, conforme ilustra a autora. A possibilidade de que a socialização das tarefas domésticas se efetivasse acompanhada dessa tentativa de mudança radical na organização social proporcionaria a possibilidade de se desenvolverem relações novas, não obrigatórias e baseadas em sentimentos mútuos.

Libertar as mulheres das tarefas domésticas, socializando-as, e dar as condições materiais e econômicas para livrar as relações humanas de qualquer entrave capitalista também estava acompanhado da necessidade que as mulheres tomassem em suas mãos o destino do país e da sociedade, passando a não somente ter mais direitos ou mais liberdade, mas também administrando o Estado operário e dirigindo os sovietes. Essa ideia confrontava diretamente o que o capitalismo relegava às mulheres. Não era uma questão de opressão somente, mas a noção de que a própria alienação do trabalho doméstico impede as mulheres de qualquer desenvolvimento.

Todo o percurso apresentado por Goldman em *Mulher, Estado e revolução* mostra que o destino de uma revolução e a luta por irromper contra a opressão milenar às mulheres e contra o núcleo familiar como base da sociedade capitalista são parte de uma mesma estratégia. Ao mesmo tempo, a pesquisadora norte-americana tenta responder um questionamento fundamental a partir dos retrocessos na situação feminina, sobre como o Estado operário se distanciou das ideias originais da Revolução, voltando a reproduzir velhos padrões sociais. Aqui é fundamental remarcar o que significou a burocratização stalinista no Estado operário, que particularmente no que diz respeito à libertação das mulheres foi um retrocesso em toda a linha, com Stalin defendendo a "volta à família e ao lar".

Por tudo isso, esta publicação nos ajuda a entender, justamente num momento de efervescência política em todo o mundo, que resgatar a perspectiva de uma sociedade de produtores livremente associados, tirando as lições das experiências mais avançadas da classe operária mundial, é a resposta mais atual e incondicional para emancipar e libertar as mulheres, proporcionando não somente igualdade de direitos e leis, mas irrompendo essa estrutura capitalista para, como dizia Karl Marx, apanhar a flor viva da vida.

Diana Assunção
São Paulo, março de 2014

---

[1] Leon Trotski, "Twenty Years of Stalinista Degeneration", em *Fourth International*, v. 6, n. 3, mar. 1945. Publicado originalmente em *The Bulletin of the Russian Opposition*, n. 66-7, maio-jun. 1938.

AGRADECIMENTOS DA AUTORA

Muitas pessoas e instituições me ajudaram com este projeto. Bolsas de estudo do Conselho Internacional de Pesquisa e Intercâmbio me permitiram realizar minhas pesquisas nos Estados Unidos, de 1983 a 1984, e na União Soviética, de 1945 a 1985. O Conselho de Pesquisa em Ciência Social proveu dois anos de fundos, e o Fundo Nacional para Humanidades garantiu bolsas para o verão de 1989 e o ano acadêmico de 1990 a 1991. O departamento de história da Universidade Carnegie Mellon me dispensou das minhas funções docentes por um semestre. Sou grata a diversos editores pela permissão de reeditar determinado material. Partes do capítulo 6 apareceram nos artigos "Working-Class Women and the 'Withering Away' of the Family: Popular Responses to Family Policy", em Sheila Fitzpatrick, Alexander Rabinowitch, Richard Stites (orgs.), *Russia in the Era of NEP: Explorations in Soviet Society and Culture* (Bloomington, Indiana University Press, 1991); e "Freedom and Its Consequences: The Debate on the Soviet Family Code of 1926", *Russian History,* v. 11, n. 4, 1984. Do capítulo 7, apareceram pela primeira vez em "Abortion, the State and Soviet Women, 1917-1936", em Barbara Clements, Barbara Engel, Christine Worobec (orgs.), *Russian Women: Accommodation, Resistance, Transformation* (Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 1991). O. I. Chistiakov, Yuri Druzhnikov, Carol Leonard, Kate Lynch, Richard Pisani, Leslie Rowland, Ken Straus, Richard Sites e Ronald Suny, todos merecem agradecimentos pela sua ajuda e comentários em diversos estágios deste trabalho. Amy Stanley leu e discutiu avidamente o presente trabalho, ajudando-me em cada estapa e de todas as maneiras, e esteve presente nos melhores e piores momentos. Barbara Clements tomou muito de seu tempo para fazer do manuscrito um livro melhor, e sou grata pelos seus esforços. As críticas e os conselhos cheios de princípios de Barbara Engels, bem como sua vontade de dividir ideias e oportunidades, me deram um modelo de como mulheres, dentro de sua profissão, podem ajudar umas às outras a avançar em um projeto comum. Em nossa primeira reunião, em um dormitório sombrio da Universidade Estatal de Moscou, começamos uma discussão sobre mulheres que continuou ao longo dos anos, em uma variedade improvável de cenários. Eu quero agradecer a meu conselheiro, Alfred J. Rieber, por toda sua ajuda e por estender-me a mão nos momentos críticos. Acima de tudo, quero agradecer a meu marido, Marcus Rediker. As ideias deste livro têm sido parte de uma longa discussão política, e ele, mais que qualquer um, me ajudou a dar forma a sua substância, estilo e direção. Ele tem sido minha maior fonte de incentivo, meu crítico mais afiado, e sempre meu "primeiro leitor".

3
A LEI E A VIDA COLIDEM: UNIÃO LIVRE E POPULAÇÃO ASSALARIADA

O processo do divórcio é tão simples que não há gasto de dinheiro ou tempo. Na presente legislação, o ato de dissolver um casamento pode ser feito em quinze minutos.

P. Zagarin, escritor sobre a família, 1927[1]

As amplas massas não consideram o registro matrimonial como a base das relações conjugais. Na verdade, as uniões voluntárias estão se tornando cada vez mais difundidas.

A. Stel'makhovich, presidente do tribunal provincial de Moscou, 1926[2]

Os bolcheviques acreditavam que a liberdade de se divorciar – dissolver uma união que não era mais baseada no amor – era essencial para a liberdade do indivíduo. O direito ao divórcio era particularmente importante para as mulheres, cujos verdadeiros sentimentos e habilidades eram tão frequentemente suprimidos pelos laços indissolúveis do matrimônio. Essa ideia era amplamente compartilhada pela maior parte da *intelligentsia* progressista do pré-guerra. Juristas liberais tentaram insistentemente reformar as intransigentes leis do divórcio na Rússia. Tolstói imortalizou a situação desesperadora de uma jovem mãe em sua luta para se libertar de um casamento sem amor em seu famoso romance *Anna Karenina*. E tanto Vera Figner, líder do grupo terrorista Vontade do Povo, quanto Alexandra Kollontai, entre inumeráveis outras, lutaram para escapar do controle de seus maridos e suas famílias[3].

No entanto, a questão do divórcio tinha uma dimensão tanto de gênero quanto de classe. As jovens rebeldes que lutavam por seus direitos à plenitude emocional, educação e carreiras, no final do século XIX, eram provenientes, em sua maioria, das classes alta e média. Enquanto elas desdenhavam o casamento em sua busca por independência, a massa das mulheres trabalhadoras soviéticas na década de 1920 tinha atitudes, oportunidades e perspectivas muito diferentes. Muitas dessas mulheres eram mães, sem qualificação profissional e analfabetas. Para elas, o casamento frequentemente representava uma forma de segurança e sobrevivência[4]. Sua dependência do homem assalariado era mais do que legal; era também social e econômica.

O Código da Família de 1918 tornou o divórcio facilmente acessível: um casamento poderia ser dissolvido com o simples pedido de qualquer uma das partes, e nenhuma fundamentação era exigida. Divórcios não contestados eram registrados nas Zags (escritórios para o registro de nascimentos, mortes, casamentos, divórcios e outras estatísticas) enquanto os desacordos em relação à separação, pensão alimentícia, custódia e amparo aos filhos eram encaminhados aos tribunais. Contudo, as condições da NEP tornavam extremamente difícil às mulheres exercerem seu novo direito à "união livre". O alto índice de desemprego, os baixos salários e a ausência de creches não apenas reforçavam a dependência das mulheres em relação à família, mas criavam uma contradição aguda entre a dura realidade da vida e uma visão legal de liberdade há muito tempo promulgada pelos reformadores e socialistas.

Uso popular do Código da Família de 1918

Uma das mais importantes, ainda que dificilmente das mais radicais, regulamentações do Código de 1918 foi o estabelecimento do casamento civil. Planejado para acabar com o domínio da Igreja, a regulamentação declarava expressamente que o casamento civil era a única forma de matrimônio legalmente válida. Após séculos de casamentos religiosos, os juristas consideraram o casamento civil uma arma indispensável e monitoraram atentamente a popularidade do novo procedimento civil. Goikhbarg, o autor do Código, orgulhosamente registrou os números dos primeiros registros dos Zags, ainda que eles fossem mais simbólicos em relação ao nascente poder soviético do que estatisticamente significativos por si mesmos. Em janeiro de 1918, em Moscou, ocorreram oito casamentos civis; em fevereiro, nove; em março, 77; e em abril, 120. Os números cresceram continuamente no decorrer do verão e outono, alcançando um pico de 1.497 casamentos civis em novembro de 1918. Os cartórios de Moscou computaram um total, no ano inteiro, de 5.677 novos casamentos[5].

A ampliação dos registros foi retardada durante a guerra civil apenas devido à dificuldade de estabelecer e ampliar a rede de Zags: muitas cidades, e mais de dois terços dos distritos (*volosti*), não tinham cartórios. Ainda

assim, o casamento civil avançava significativamente.Um estudo na província de Odessa, ao final da guerra civil, demonstrou que embora mais de um quarto da população ainda registrasse seus casamentos, nascimentos e óbitos nas igrejas, e outro quarto os registrasse tanto nas igrejas como nos Zags, metade utilizava apenas os Zags. Estudos na província de Smolensk e em Moscou mostraram um padrão semelhante[6]. Em 1921, o Comissariado para Assuntos Internos (NKVD) assumiu a administração dos Zags e até 1923 estabeleceu Zags em todos os *volosti*, somando 12.500 cartórios em toda a Rússia e Ucrânia. Contudo, comparados às 42 mil diferentes paróquias que registravam casamentos, nascimentos e óbitos sob o velho regime, o número de cartórios ainda era bastante modesto[7].

Em 1925, menos de um terço dos casamentos civis registrados em Moscou eram acompanhados por uma cerimônia religiosa. E, mesmo que Moscou dificilmente fosse representativa do país como um todo, os números demonstravam uma rapidez, especialmente da juventude urbana, em descartar antigas tradições religiosas em favor do simples procedimento soviético. Em meados da década de 1920, os juristas estavam confiantes no sucesso do casamento civil. O jurista Dmitri Kurskii assegurou ao Comitê Executivo Central (VTsIK), em 1925, que "apesar do caráter camponês de nosso país e do fato de que temos cantos remotos em que a lei somente chegará após um período considerável de tempo" a lei familiar soviética estava amplamente disseminada entre a população. Ele relatou confidencialmente que o número de casamentos registrados nos Zags havia, em 1922, ultrapassado as estatísticas anuais da Igreja no pré-guerra[8].

Ainda que os cidadãos soviéticos fossem vagarosos para abandonar por completo o casamento nas igrejas, eles se valeram das novas leis do divórcio com um entusiasmo impressionante. A avalanche de casais entrando pelas portas dos Zags em busca do divórcio facilmente ultrapassaram os primeiros e jubilantes recém-casados que por elas saíam. Nos primeiros quatro meses de 1918 apenas 214 casais moscovitas registraram a própria união, enquanto 2.516 se divorciaram. Foram 98 divórcios em janeiro, 384 em fevereiro, 981 em março e 1.053 em abril. O número de divórcios nesses quatro meses era quase doze vezes maior do que o número de casamentos. Depois de abril o número de divórcios começou a decrescer, chegando a 365 em dezembro. Quase 7 mil divórcios foram realizados em Moscou em 1918, superando os casamentos em mais de mil[9].

Goikhbarg não estava supreso nem alarmado pelo alto índice de divórcios. Os altos números, ele explicou complacentemente, refletiam o acúmulo de casais infelizes que não podiam se divorciar sob as leis czaristas. Muitos dos requisitantes dos divórcios vinham das classes mais altas, e não eram representativos da população em geral. "Entre os que estão se divorciando", ele escreveu, "se encontram muitas pessoas extremamente prósperas (até mesmo antigos membros da nobreza)." Como Marx e Engels, Goikhbarg e seus colegas juristas tinham uma opinião depreciativa dos casamentos entre a classe alta, e as primeiras estatísticas de divórcio pareceram corroborar essa visão. Esses casamentos – ligações sem amor baseadas na propriedade e preservadas pela hipocrisia – murcharam em uma atmosfera de liberdade. Goikhbarg, na verdade, aplaudiu o "tempo tempestuoso" dos divórcios como um "processo de purificação". "Com toda certeza", ele escreveu com sombria alegria, "o abscesso cheio de pus das relações familiares anormais [...] estourou". Ele previu que essas "mostras anormais da vida matrimonial" seriam em breve substituídas por novas relações baseadas no amor e no respeito genuínos[10].

Em 1922, o aumento nos divórcios havia se estabilizado, parecendo confirmar a argumentação de Goikhbarg de que os altos números de 1918 representavam um fenômeno anormal. Em 1921, houve 4.732 pedidos de divórcio nos tribunais populares de Moscou, mas em 1922 o número caiu para 3.780. Ainda que os números dos Zags (para divórcios com acordo mútuo) não estejam disponíveis para esses anos, o número de divórcios, de acordo com as estatísticas dos tribunais, pareceram estáveis. Contudo, as estatísticas do ano seguinte desmentiram a complacência de Goikhbarg. O número de casos de divórcios nos tribunais de Moscou começaram a aumentar de forma sustentada de 5.377 em 1923 para 7.153 em 1924, e 8.233 em 1925[11]. Esses números apontam apenas os divórcios contestados no tribunal. Adicionados aos números maiores dos divórcios registrados nos Zags, as estatísticas claramente não representavam mais um acúmulo de casamentos infelizes das classes altas.

Tabela 3. Taxas de casamentos e divórcios soviéticos, 1911-1926

Ano	URSS europeia		
	Casamentos (a cada mil pessoas)	Divórcios (a cada mil pessoas)	Divórcios (a cada mil casamentos)
1911-1913	8,2	0,0002	2,2
1924	11,5	1,3	113,0
1925	10,0	1,5	150,0
1926	11,0	1,6	145,4

Fonte: Lubnyi-Gertsyk, "Estestvennoe Dvizhenie Naseleniia SSSR za 1926", *Statisticheskoe Obozrenie*, n. 8, 1928, p. 85. Sobre o divórcio no período pré-revolucionário, *Estestvennoe dvizhenie naseleniia RSFSR za 1926 god* (Moscou, 1928), p. 52.

A alta nos divórcios em Moscou foi acompanhada por um aumento nacional. Tanto as taxas de casamentos quanto de divórcios cresceram de forma sustentada na parte europeia da URSS, nos anos de 1920. Em 1926, a taxa de casamentos na URSS europeia era quase 35% maior do que os números pré-guerra. O Birô Central de Estatísticas (TsSU) notou "um crescimento extraordinário dos divórcios". De acordo com o TsSU, a alta taxa de casamentos era uma consequência direta do crescimento do número de divórcios e de recasamentos[12]. Na URSS europeia, havia 113 divórcios para cada mil casamentos em 1924, 150 em 1925 e 145,4 em 1926 (ver Tabela 3). Havia aproximadamente um divórcio para cada sete casamentos em 1926 ou 186.329 divórcios para 1.244.030 casamentos[13].

A União Soviética tinha a maior taxa de casamentos e divórcios de todos os países europeus em meados dos anos 1920: quase três vezes maior do que a da Alemanha; 3,56 vezes a da França; e 26 vezes a da Inglaterra e Gales (ver Tabela 4). O único país ocidental com uma taxa de casamentos e divórcios comparável eram os Estados Unidos, com 10,2 casamentos e 1,52 divórcios a cada mil pessoas.

Tabela 4. Taxas de casamentos e divórcios na URSS e na Europa, 1925-1926

País	Ano	A cada mil pessoas		Divórcios a cada mil casamentos
		Casamentos	Divórcios	
URSS europeia	1926	11,0	1,6	145,4
Alemanha	1925	7,7	0,56	72,7
França	1926	8,5	0,46	54,1
Inglaterra e País de Gales	1925	7,6	0,06	7,9
Bélgica	1926	9,2	0,31	33,7
Suécia	1925	6,2	0,28	45,1

Fonte: Lubnyi-Gertsyk, "Estestvennoe Dvizhenie Naseleniia SSSR za 1926", cit., p. 89.

Enquanto a taxa de divórcio para a União Soviética era mais alta do que a de qualquer outro país, a taxa de divórcio nas cidades e vilas ultrapassava, de longe, até mesmo a média nacional. A taxa de divórcio nas vilas era mais do que o dobro das áreas rurais e mais de 1,5 vezes maior do que a média nacional (ver Tabela 5).

Tabela 5. O divórcio nas cidades e no campo, 1925

	Divórcios	
	A cada mil pessoas	A cada mil casamentos
Assentamentos urbanos	2,8	245,4
Áreas rurais	1,2	125,4

Fonte: *Estestvennoe dvizhenie naseleniia RSFSR za 1926 god* (Moscou, 1928), p. 54.

A taxa de divórcio estava diretamente ligada ao grau de urbanização. Cidades (população maior do que 50 mil) tinham as taxas mais altas de divórcios e casamentos: 13,1 casamentos para cada mil pessoas e 3,6 divórcios, ou aproximadamente um divórcio para cada 3,5 casamentos (ver Tabela 6). Os *raions* (distritos) mais urbanizados também tinham taxas de divórcio mais altas. A Região Industrial Central, que incluía a cidade de Moscou, tinha o maior número de divórcios para cada mil pessoas, enquanto a Região Central da Terra Negra tinha o mais baixo, com 1,9 e 1,1, respectivamente. A taxa de Moscou em 1926 era a mais alta de todas: 6,1 divórcios para cada mil pessoas; seguida por Tver com 4,8; Iaroslavl 4; e Leningrado 3,6. Moscou tinha 477,1 divórcios para cada mil casamentos; Tver 359; Iaroslavl 279; e Leningrado 265[14]. Em Moscou, havia um divórcio a cada dois casamentos! As estatísticas mostravam que a nova lei do divórcio teve um profundo impacto nas

práticas populares, enquanto a centenária tradição do casamento indissolúvel entrou em colapso com o golpe de uma canetada legislativa. Até mesmo nas áreas rurais, em que a família constituía a unidade primária de produção, a taxa de divórcio excedia a de qualquer país europeu.

Tabela 6. O casamento e o divórcio nas cidades, vilas e áreas rurais, 1926

Zona	População média	Número de casamentos	Número de divórcios	A cada mil pessoas	
				Casamentos	Divórcios
URSS	125.051.927	1.350.062	198.076	10,8	1,6
Cidades*	11.759.377	153.511	42.128	13,1	3,6
Vilas	10.545.400	116.123	21.910	11,0	2,1
Áreas rurais	102.747.150	1.080.428	134.038	10,5	1,3
URSS Europeia	113.366.512	1.244.030	186.329	11,0	1,6
Cidades	10.859.884	142.350	39.555	13,1	3,6
Vilas	9.786.783	108.374	20.653	11,1	2,1
Áreas rurais	92.719.845	993.306	126.121	10,7	1,4
RSFSR	90.571.005	947.227	134.507	10,5	1,5
Cidades	8.921.920	115.544	31.958	13,0	3,6
Vilas	7.213.105	76.344	13.820	10,6	1,9
Áreas rurais	74.435.980	755.389	88.729	10,1	1,2

* população acima de 50 mil

Fonte: Lubnyi-Gertsyk, "Estestvennoe Dvizhenie Naseleniia SSSR za 1926", cit., p. 86.

A lei não era a única responsável pelo alto número de divórcios; ela simplesmente sancionava um processo mais profundo de ruptura e transformação social. Anos de guerra, guerra civil e fome haviam minado laços familiares e comunitários. Camponeses que migravam para as cidades abandonavam velhos costumes e tradições. Mulheres se juntavam com soldados, desconhecidos e eventuais provedores em uniões casuais de curto prazo. As "esposas" *de facto* inundavam os tribunais buscando pensões e apoio financeiro para as crianças dos homens que as haviam abandonado. E, para muitos, a nova moralidade comunista encorajava e justificava formas mais soltas de comportamento. Um observador social lamentou os novos tempos:

> As velhas fundações apodrecidas da família e do casamento entraram em colapso e rumam para uma completa aniquilação, a cada dia que passa. Mas não há princípios que guiem a criação de novas, belas e saudáveis relações. Há um bacanal inimaginável. A liberdade de amor é entendida pelas melhores pessoas como liberdade de depravação.[15]

Facilitando aquilo que alguns consideravam como "amor livre", a lei promoveu aquilo que outros

consideravam “depravação”, obscurecendo os limites entre liberdade e caos. As estatísticas testemunhavam a popularidade do divórcio, mas ofereciam poucas pistas sobre suas consequências sociais. Uma vez que “as velhas fundações apodrecidas da família e do casamento” entraram em colapso, o que aconteceu com a família? Um jurista proclamou “a liberdade revolucionária do divórcio” como “o melhor regulador das relações matrimoniais”. No entanto, ele acrescentou: “depois disso, a luta pela sobrevivência permanece, e aqui as chances das mulheres, particularmente com filhos, são ainda menos favoráveis do que para os homens”[16]. Ainda que o Código de 1918 ampliasse o direito ao divórcio para homens e mulheres igualmente, a oportunidade de se beneficiar desse direito era em grande medida determinada por circunstâncias de classe e gênero.

As primeiras demitidas, as últimas contratadas: a dependência econômica das mulheres

Até 1921, as mulheres constituíam uma porcentagem crescente da força de trabalho industrial na Rússia. Em 1901, 26% de todos os trabalhadores na produção eram mulheres; em 1914, esse número havia crescido para 32%; em 1917, 40%; e no fim da guerra civil, em 1920, era 46%. Em 1921, 1.360.310 (45%) entre os 3.010.000 filiados a sindicatos no país eram mulheres. As mulheres predominavam em muitos ramos econômicos: representavam 75% da força de trabalho na Alimentação do Povo (Narpit), 74% na costura, 63% dos trabalhadores da saúde e quase 60% na indústria têxtil. Até mesmo nas indústrias tradicionalmente dominadas por homens, as mulheres constituíam uma parcela significativa da força de trabalho, com um quarto dos empregos na metalurgia e um quinto na mineração[17].

Após a guerra civil, 4 milhões de homens, desmobilizados do Exército Vermelho, retornaram à força de trabalho, e veteranos com mais habilidade substituíram milhares de mulheres nas fábricas[18]. Ramos inteiros da indústria fecharam na mudança para as rígidas restrições econômicas da NEP. Houve demissões em massa em agosto e setembro de 1921, e no fim de outubro 13.209 mulheres já não tinham mais empregos (correspondendo a 60% dos desempregados). Ocorreram cortes agudos no setor de serviços sociais, no qual as mulheres trabalhadoras predominavam: milhares de trabalhadoras da saúde, empregadas estatais, trabalhadoras de creches, professoras, bem como trabalhadoras da Narpit, das agências de bens de consumo e de comunicações, subitamente se encontraram sem trabalho[19]. Quase 280 mil mulheres deixaram a força de trabalho.

As mulheres claramente carregaram o fardo do desemprego criado pela transição à NEP. Em uma pesquisa realizada em doze províncias, o Comissariado do Trabalho estimou que, até o final de 1921, 62% dos desempregados registrados nos centros de emprego (*Birzha Truda*) eram mulheres[20]. O Centro de Emprego de Petrogrado anunciou, no início de 1922, que 67% dos 27 mil desempregados cadastrados na cidade eram mulheres[21]. Um crítico da NEP descreveu raivosamente a reaparição da competição por trabalho, uma característica do capitalismo frequentemente criticada nos escritos de Marx e Engels a respeito das mulheres. Ele escreveu:

> A reconstrução de empresas baseadas na contabilidade de custos e o desenvolvimento de empresas privadas criou inevitavelmente o fenômeno repugnante da economia capitalista, aumentando a competição entre trabalho feminino e masculino.[22]

As pequenas indústrias que proliferaram sob administração privada não podiam recontratar todos os trabalhadores que haviam perdido seus empregos. Homens e mulheres competiam por empregos em um restrito mercado de trabalho, e as mulheres invariavelmente perdiam. Em 1922, os organizadores de um encontro do Soviete de Sindicatos de Petrogrado (*Petrogubprofsoveta*) notaram que as mulheres haviam sido atingidas duramente pelas demissões massivas de pessoal. As condições para as mulheres eram “extraordinariamente difíceis”[23]. Entre 1921 e 1927, o número de mulheres desempregadas subiu de 60.975 para 369.800, aumentando em seis vezes (ver Tabela 7).

Em 1927, o Departamento de Mulheres do Partido (*Zhenotdel*) organizou um grande congresso de mulheres trabalhadoras e camponesas em Moscou. O *Zhenotdel* foi organizado em agosto de 1919, parcialmente em resposta à pressão das militantes partidárias em fomentar grupos locais separados de mulheres que fossem sancionados e apoiados oficialmente. Trabalhadoras fabris, camponesas, donas de casa e empregadas compunham o grosso das fileiras do *Zhenotdel*, e eram eleitas como delegadas para trabalhar como aprendizes

em diversos ramos do governo. Embora os homens do Partido frequentemente se referissem pejorativamente ao *Zhenotdel* como "*bab-kom*" ou "*tsentro-baba*", ele teve um impacto importante sobre milhares de mulheres que se envolveram em suas atividades[24]. As delegadas do Congresso de Mulheres (II Congresso Pan-Russo de Trabalhadoras e Camponesas) vieram de todos os cantos do país, chegando de trem, carroça ou a pé, para atestar as condições das mulheres em suas cidades, vilas e vilarejos. Inúmeras mulheres reclamaram amargamente a respeito do desemprego, uma das maiores preocupações do Congresso. Ziuzina, uma delegada da província de Akmolinsk, na República do Casaquistão, afirmou que mulheres que eram demitidas após vários anos de trabalho simplesmente não conseguiam arrumar outros empregos[25].

Tabela 7. Desemprego feminino, 1921-1929

Data	Número	Porcentagem de todos os desempregados
Dezembro de 1921	60.975	62,0
Julho de 1922	108.300	59,2
Outubro de 1922	142.600	58,3
Janeiro de 1923	190.300	52,5
Julho de 1923	154.578	41,4
Outubro de 1923	315.400	50,2
Abril de 1924	383.200	45,9
Julho de 1924	**	35,4
Janeiro de 1925*	**	32,6
" "	167.200	39,2
Abril de 1925	**	35,4
" "	217.100	39,2
Janeiro de 1926	431.100	45,3
" "	**	44,4
Janeiro de 1927	**	44,4
Outubro de 1927	369.800	45,5
Janeiro de 1929	**	43,9
Julho de 1929	**	49,9

* Onde as fontes diferem, ambas as cifras foram incluídas.
** Nenhuma cifra disponível.

Fonte: A. Anikst, "Bezrabotitsa i Zhenskii Trud v Rossii", *Kommunistka*, n. 2, 1922, p. 38; V. Usoltsev, "Zhenskii Trud v SSSR", *Voprosy truda*, n. 3, 1928, p. 56; G. Pavliuchenko, "Bezrabotitsa Sredi Zhenshchin", *Kommunistka*, n. 5, 1925, p. 39; G. Serebrennikov, "Zhenskii Trud v SSSR za 15 Let", *Voprosy truda*, 11-2, 1932, p. 61.

Além disso, as taxas de desemprego, em geral subestimadas, escondiam um grande grupo de mulheres em busca de trabalho. Até 1925, as estatísticas incluíam apenas os "oficialmente" desempregados: trabalhadores que

perderam seus empregos e se cadastraram nos centros de emprego. Camponesas, donas de casa e outras que procuravam um emprego assalariado pela primeira vez não estavam aptas a se cadastrar para os centros de emprego e, assim, não apareciam nas estatísticas oficiais. A. V. Artiukhina, a dirigente do *Zhenotdel* em 1927, afirmou em seu principal discurso ao Congresso de Mulheres que 84% das mulheres que necessitavam de empregos – esposas de trabalhadores e imigrantes camponeses – nunca haviam tido um trabalho assalariado. Diante do desemprego, os sindicatos protegiam com zelo o direito de seus associados e pouco faziam para defender os interesses de novos grupos em busca de trabalho. Petrovskaia, uma delegada da Ucrânia, explicou que as mulheres eram presas em um círculo vicioso: não conseguiam encontrar emprego porque não eram membros do sindicato e não podiam se associar ao sindicato sem um emprego.

Outra delegada descreveu o problema em minúcias: "Mulheres que estão sem trabalho há três ou quatro anos não conseguem encontrar emprego", declarou terminantemente.

> Por quê? Porque onde quer que se inscrevam todos dizem: "Nós não podemos ajuda-lá porque você não é filiada ao sindicato, você não tem seguro social". A mulher desempregada está faminta. Ela anda pelas ruas chorando. Chega a uma fábrica e pede: "Camaradas mulheres, me ajudem de alguma forma, eu não tenho trabalho e estou sem uma fatia de pão".[26]

O número de mulheres desempregadas sofreu grande flutuação durante os anos de 1920, refletindo purgos periódicos das listas de desemprego, grandes influxos de imigrantes do campo e expansões e contrações na indústria. O agudo descenso de mulheres desempregadas entre 1924 e 1925 foi, em parte, um resultado do purgo nas listas de desemprego. Pesquisas no início dos anos de 1920 revelaram que muitos trabalhadores empregados tiravam vantagem da corrupção em larga escala nos centros de emprego para se cadastrar como desempregados e receber benefícios do seguro desemprego. Um vasto purgo das listas em julho de 1924, em Moscou, reduziu significativamente o número de desempregados cadastrados[27], e o número de mulheres desempregadas diminuiu de 383.200 em abril de 1924 para 167.200 em janeiro de 1925. Depois de 1925, os centros de emprego perderam seu direito de controlar alocações de trabalho e contratações em detrimento dos administradores das empresas, e muitos desempregados deixaram de se cadastrar neles.

Conforme a economia começava a se recuperar em meados de 1920, os trabalhadores experimentaram o curioso fenômeno do aumento simultâneo do emprego e do desemprego. Um número crescente de desempregados encontrou novas colocações na indústria, mas a economia ainda não podia acompanhar o ritmo das torrentes de imigrantes que afluíam às cidades em busca de emprego[28]. Contudo, a recuperação afetou homens e mulheres de forma distinta. Mesmo que o número de mulheres da produção fabril tenha quase duplicado entre 1923 e 1929, a parcela de mulheres na força de trabalho industrial permaneceu relativamente constante em 28% (ver Tabela 8). Assim, ainda que o número de empregos estivesse crescendo rapidamente e um número cada vez maior de mulheres encontrasse trabalho, as mulheres ainda não haviam sido bem-sucedidas em expandir sua porcentagem na força de trabalho. E as mulheres não foram tão rápidas para se recuperar do desemprego dos anos iniciais da NEP quanto os homens. Ainda em 1929, elas representavam 50% dos desempregados, mas apenas 29% dos empregados, apesar das novas oportunidades que brotavam. E, mesmo com uma melhora significativa da economia em meados da década de 1920, a parcela das mulheres no índice de desemprego de fato cresceu, de 40% em 1925 para 50% em 1929. Os homens eram absorvidos muito mais rapidamente pela economia em expansão. As mulheres, que foram as primeiras a serem demitidas no início da NEP, foram as últimas a serem contratadas no seu período final.

Tabela 8. Mulheres na produção industrial, 1923-1929

Ano	Número	Porcentagem de todos os trabalhadores
1923	416.900	28,4
1926	643.628	28,4
1927	713.822	28,5
1928	725.926	28,7
1929	804.030	28,8

Fonte: B. Marsheva, "Zhenskii Trud v 1931 godu", *Voprosy truda*, n. 1, 1931, p. 2.

Muitos defensores da NEP lamentaram o crescimento do desemprego feminino, mas defenderam a política de cortes, a contabilidade de custos e a racionalização que a ele deram origem. Em sua visão, essas medidas eram necessárias para acelerar a recuperação da economia e a reintegração dos veteranos do Exército Vermelho que retornavam[29]. No entanto, quando a economia começou a se recuperar, tornou-se claro que as mulheres ainda sofriam desproporcionalmente com o desemprego muito menos em decorrência dos imperativos econômicos da NEP do que pela persistência dos padrões de discriminação nos locais de trabalho. Tendo escolha, muitos administradores claramente preferiam demitir mulheres do que homens. Ironicamente, as características mais progressistas da legislação trabalhista soviética, tais como a licença-maternidade remunerada, a proibição do trabalho noturno para as mulheres e as restrições de trabalho para mulheres grávidas e lactantes, frequentemente incitavam os administradores a demitir mulheres e substituí-las por homens[30]. As mulheres eram consideradas mais custosas para se empregar. Um escritor declarou indignado:

> Quem não sabe dos abusos que são cometidos sob o nome de redução de pessoal, em que as mulheres, não apenas igualmente qualificadas, mas ainda mais, são demitidas porque uma mulher custa muito mais a uma empresa do que um homem?[31]

Delegadas do Congresso de Mulheres criticaram severamente os administradores das fábricas por suas práticas irrefletidas e sexistas. Ziuzina argumentou que os administradores demitiam mulheres sem nenhuma consideração por suas responsabilidades familiares. "Frequentemente demitem aquelas que têm três ou quatro filhos e não têm maridos ou relações", disse ela. Outra delegada declarou furiosa que os administradores das fábricas discriminavam as mulheres casadas. "Mesmo se ela quiser trabalhar, eles a demitem de qualquer forma. Eles dizem: 'você tem um marido – vá para casa para sua cozinha!'"[32]. Apesar das instruções explícitas do Comissariado do Trabalho para que se considerassem igualmente homens e mulheres em casos de demissões, os administradores de ramos industriais dominados por homens praticavam uma política agressiva com o intuito de eliminar as mulheres e substituí-las por homens[33]. Em alguns sindicatos, a crescente ameaça de desemprego levou a uma unidade premeditada contra as associadas mulheres[34].

Delegados do XIII Congresso do Partido, em 1924, tentaram frear a expulsão contínua das mulheres da indústria. Reconhecendo a terrível situação da mulher trabalhadora, o Congresso observou:

> A despeito da melhora em geral das condições da classe trabalhadora, a situação das mulheres trabalhadoras, a maioria das quais se encontra no setor mais mal remunerado e sem qualificação do proletariado, ainda é difícil.

Os delegados votaram pelo fim das demissões de mulheres, para que se aumentasse sua qualificação e para

que se envolvessem as mulheres em ramos produtivos nos quais elas eram tradicionalmente excluídas ou sub-representadas. Observando que o emprego das mulheres não era uma questão meramente econômica, o Congresso enfatizou “que a preservação das mulheres trabalhadoras na produção tem um significado político”[35]. O Partido, portanto, rejeitou uma linha “produtivista” orientada para uma recuperação econômica rápida e a maximização dos lucros, e reafirmou seu compromisso com os valores humanistas incorporados em seu programa pela emancipação das mulheres.

Alinhado às resoluções do Partido, o Comissariado do Trabalho, Seguridade Social e Planejamento Econômico e os sindicatos emitiram uma série de decretos com a finalidade de frear a discriminação contra as mulheres. Os administradores de fábricas foram instruídos para que homens e mulheres com as mesmas habilidades fossem demitidos em proporção igual no caso de uma redução de pessoal. Mulheres grávidas e lactantes em licença não poderiam ser demitidas, e mães com filhos de até um ano teriam prioridade em permanecer no emprego. Mulheres que perdessem seu emprego poderiam continuar utilizando a creche dos trabalhadores. Mulheres solteiras não deveriam ser despejadas de seus alojamentos[36].

Contudo, as resoluções e decretos pareceram ter pouco efeito sobre as práticas sexistas dos administradores de fábricas e a discriminação contínua em relação às trabalhadoras. Os administradores, sob a pressão de aumentar os lucros e maximizar a eficiência, deram pouca atenção aos apelos mais humanitários do Partido. Sua intransigência contínua logo forçou uma retirada em relação aos altos padrões da protecionista legislação trabalhista estabelecida em nome das mulheres após a Revolução. Depois de um debate acirrado, delegados do VI Congresso dos Sindicatos, em novembro de 1924, votaram pela queda da restrição ao trabalho noturno das mulheres e permitiram que entrassem em indústrias anteriormente condenadas como prejudiciais à saúde delas. Nas palavras duramente realistas de uma delegada de Rostov do Don: “É melhor que as organizações profissionais ofereçam à mulher trabalhadora menos proteção para que ela tenha a chance de conseguir para si uma fatia de pão e não seja forçada a se vender na avenida”[37]. Mesmo o *Zhenotdel*, o mais firme defensor dos interesses das mulheres, concordou com a necessidade de revogar o banimento do trabalho noturno para que os empregadores tivessem menos desculpas para demitir as trabalhadoras[38].

Em 1925, a indústria havia se recuperado o suficiente para sofrer pela ausência de trabalhadores qualificados. Contudo, o problema do desemprego feminino não diminuiu. A porcentagem de mulheres entre os desempregados, na verdade, cresceu após 1925, já que os administradores de fábrica davam preferência a homens desempregados. Até mesmo camponeses migrantes homens eram preferidos em detrimento das trabalhadoras.

Em última instância, todos os níveis do aparato estatal e industrial tinham alguma responsabilidade pela discriminação contra as trabalhadoras. Nos níveis mais altos, a prioridade implacável dada ao corte de custos e à maximização dos lucros à custa de valores políticos atacaram gravemente as oportunidades das mulheres. Os administradores de fábricas viam poucas alternativas à demissão das mulheres para manter os custos no nível mínimo. Como admitiu A. V. Shmidt, comissário do Trabalho, empregar mulheres não era “economicamente lucrativo”[39]. O Partido tentou aplacar alguns dos piores abusos ao reafirmar seu compromisso pela igualdade nos locais de trabalho. Mas, apesar de suas boas intenções, tanto administradores de fábricas quanto dirigentes sindicais continuaram discriminando as mulheres em seus padrões de contratação, demissão e promoção. As resoluções dos níveis mais altos tinham pouco efeito prático nas empresas locais. O recuo na legislação trabalhista protecionista demonstrou a incapacidade do Partido para acabar com a discriminação por decreto. Aparentemente, o único método eficaz de eliminar a discriminação contra as mulheres foi abolir a legislação trabalhista protecionista que reconhecia suas necessidades especiais enquanto mães. Uma das delegadas do VI Congresso de Sindicatos, em 1924, falou ferozmente contra “o prejuízo” das “conquistas legais” das mulheres. Rapidamente chegando ao cerne da questão, ela observou que a pressão constante para aumentar a produtividade do trabalho estava na contramão das necessidades das trabalhadoras[40].

Sob essas circunstâncias econômicas difíceis, o divórcio implicava consequências potencialmente trágicas para a dona de casa ou a trabalhadora sem qualificação. Pois, se o marido a abandonava ou se divorciava dela, frequentemente ela se encontrava sem meios para sustentar a si ou seus filhos. Dziuba, uma delegada do Congresso de Mulheres proveniente da Ucrânia, enfatizou as dificuldades especiais da dona de casa após o divórcio. Ela disse:

> Camaradas trabalhadoras e camponesas, eu peço a vocês que considerem que a esposa do trabalhador, sua irmã, foi negligenciada. Se uma trabalhadora deixa o seu marido, ela apenas perde um marido, ela trabalha independentemente. Mas quando a esposa de um trabalhador deixa seu marido ela é considerada um elemento não trabalhador (*netrudnyi*), deixada sem abrigo na rua (*besprizornoi*). Não há para quem recorrer, tudo está fechado e todos dão as costas a ela.[41]

Sem um salário independente, as mulheres não estavam em posição de exercer seu direito à "união livre". Vera Lebedeva, chefe do Departamento para a Proteção da Maternidade e Infância (OMM), sombriamente resumia o futuro de muitas mulheres divorciadas:

> A fragilidade do laço matrimonial e o divórcio criam massas de mulheres solteiras que carregam o fardo da criação dos filhos sozinhas. Imagine a si mesmo como uma mulher assim, sem apoio de seu marido, com uma criança em suas mãos, demitida por um corte de pessoal e jogada para fora de seu dormitório [...] sem possibilidade de seguir se sustentando.
> Aonde vão estas centenas? Há uma saída – a rua.[42]

Na rua

O contraste entre o ideal socialista de união livre e as condições da época não era demonstrado em nenhum outro lugar tão cruamente quanto no espetáculo das mulheres se vendendo nas ruas. Muitos observadores notaram o aumento da prostituição durante a NEP. As mulheres abordavam os homens em estações de trem, nas praças e nos banheiros públicos. "Posicionadas em frente às portas principais, em trens de carga ou de passageiros, em becos, em banheiros, em outros lugares"[43], as mulheres vendiam sexo por quantias irrisórias como seis copeques, cinco rublos, dez rublos pela noite. Garotas sem teto dormiam em vagões de trens: as mulheres *besprizorniki*. Mulheres abandonadas, camponesas viúvas, mães com filhos pequenos, todas desesperadas para conseguir dinheiro, voltaram-se para a prostituição. Krupskaia escreveu: "A pobreza impele as mulheres a se venderem. Elas não são prostitutas que fazem disso um negócio, mas mães de família". A pobreza levou as mulheres a "trocarem sexo por uma fatia de pão"; era "o túmulo das relações humanas"[44].

Numerosos estudos contemporâneos jogaram nova luz sobre as relações entre o desemprego e a prostituição durante a NEP. A. Irving, sociólogo que publicou um estudo sobre as prostitutas em 1925, observou que 80% das 539 prostitutas que ele entrevistou entraram para a prostituição depois de 1921. Criticando os efeitos da NEP sobre as mulheres, ele escreveu:

> A porcentagem extraordinariamente alta de prostitutas que começaram no período da NEP, em contraste com o insignificante número de prostitutas trabalhando desde os primeiros anos da Revolução, demonstram que a NEP não é vantajosa de forma alguma.

Irving concluiu que "a NEP, suas tentações e o desemprego de trabalhadoras são os principais fatores da prostituição"[45]. O professor N. Duboshinskii descobriu em seu estudo com 601 prostitutas de Moscou, em 1924, que 51% das mulheres haviam se tornado prostitutas por necessidade. Entrevistando 340 mulheres, ele descobriu que 84% das mulheres haviam tentado abandonar a prostituição, mas não conseguiram encontrar emprego. Duboshinskii concluiu: "A fome é o fator mais importante na prostituição"[46]. Outro estudo aponta também que, embora 44% das prostitutas tivessem alguma qualificação de trabalho, apenas 15% eram qualificadas o suficiente para conseguirem trabalhar por conta própria. A maioria dessas mulheres eram costureiras de vestidos, uma ocupação em que os salários eram baixos, e o emprego, irregular e incerto[47]. Os restantes 85% eram dependentes do hostil mercado de trabalho para obterem emprego. E, mesmo quando empregadas, as mulheres eram ocasionalmente forçadas à prostituição devido a sua concentração nos trabalhos mal remunerados e sem qualificação. Um estudo de 1923 mostrou que muitas operárias fabris se valiam da prostituição para complementarem seus salários[48].

A maioria das prostitutas nos anos 1920 tinha origem na classe trabalhadora. O estudo de Duboshinskii sobre as prostitutas de Moscou demonstrou que 60% vinham dessa classe. Das restantes, 9% eram da aristocracia ou da burguesia, 5% da *intelligentsia* e 26% trabalhavam por conta própria em ocupações artesanais, confecção de vestidos e costura. Das trabalhadoras, 37% eram ex-empregadas, 20% haviam trabalhado na Narpit, 15% eram trabalhadoras fabris, 14% eram vendedoras e 9% trabalhavam nos serviços de saúde. A antiga ocupação dos restantes 26% do total era desconhecida. As estatísticas enfatizavam o impacto da NEP: quase 45% das

trabalhadoras haviam entrado na prostituição, advindas de setores que sofreram drásticos cortes de pessoal, como a Narpit, as fábricas e os serviços de saúde[49].

Relatos revelaram que muitas mulheres tornaram-se prostitutas porque não conseguiram encontrar outros trabalhos. Kh., de 38 anos, foi descrita como "uma pessoa doente, exaurida, que perambulava com os olhos lacrimejantes". Chorando enquanto falava de sua vida, ela explicou que começou a trabalhar em uma fábrica de tabaco com onze anos. Vendeu mercadorias pelas ruas, entre 1917 e 1923, e depois trabalhou brevemente como diarista. Desempregada em seguida, foi presa por defender os lamentáveis resquícios de sua dignidade: havia atirado uma pedra em um homem na rua que a chamara de vadia. V., uma experiente costureira de 29 anos, com dois anos de escola secundária, contou uma dolorosa história sobre sua infrutífera busca por trabalho estável. Ela trabalhou numa fábrica têxtil até a Revolução, quando foi demitida. Em 1920, arrumou outro emprego, mas foi despedida no mesmo ano. Outra demissão veio depois de uma curta experiência como enfermeira em um hospital. Ela vendeu seus bens, peça por peça, e acabou sendo presa por fazer *samogon* (um tipo de bebida caseira). Quando deixou a prisão, começou a trabalhar como prostituta. V. foi descrita como "uma mulher devastada e desleixada, em trapos sujos que mal cobriam seu corpo, sem sapatos". Com uma voz derrotada, explicou que havia perdido toda a esperança de conseguir um emprego.

Muitas mulheres não tinham casa e se prostituíam para comprar comida. P., de 26 anos, perdeu sua casa quando se separou do marido. Dormindo em vagões de trens e andando por aí com *besprizorniki*, ela se prostituiu para sobreviver. S., uma sem-teto de dezessete anos, vagava mendigando e roubando por anos. Primeiro, homens se aproveitaram dela com promessas de levá-la para casa e alimentá-la. Então "aprendeu como fazer" e se tornou uma prostituta. Ela fazia sexo com cinco ou seis homens por noite. Outra jovem sem-teto descreveu sua vida em um vagão de trem, dormindo com dois ou três homens por noite por quantias de cinquenta copeques a dois rublos. Muitos dos homens eram sem-teto também. Às vezes ela ganhava uma surra em vez do dinheiro[50].

Enquanto o *besprizorniki* feminino era sem dúvida responsável por muitas prostitutas, um estudo publicado em 1925 descobriu que 44% das prostitutas de Moscou moravam com seus pais, irmãos ou outros parentes. Quase 40% viviam em um quarto e dormiam na mesma cama que um membro de sua família[51]. Essas mulheres não tiveram suas relações com a família cortadas, mas, pelo contrário, viviam com elas em bairros próximos e, muito provavelmente, contribuíam com seu dinheiro dolorosamente ganho para o orçamento doméstico. S., uma prostituta de dezoito anos, era típica nesse aspecto. Ela morava com seus pais e cinco irmãos e irmãs em um quarto. Seu pai, um ancião inválido, recebia uma pensão de trinta rublos por mês. Ela começou a trabalhar como prostituta aos catorze anos, quando foi abandonada por um trabalhador que havia lhe prometido casamento. Outra jovem se tornou prostituta para sustentar seu irmão mais novo e a mãe idosa. Nenhuma das duas famílias jamais soube como as garotas ganhavam o pão que as alimentava[52].

Muitas mulheres trabalhavam como prostitutas para sustentar seus filhos dependentes. Uma mulher, abandonada por seu marido após vinte anos de casamento, explicou: "Fui para a rua chorando. Tinha de sustentar minha filha e protegê-la do mesmo destino". Ela fazia sexo com cerca de quatro homens por semana, suportando seus "maus-tratos, espancamentos e exigências perversas". A., de 26 anos, estava separada de seu marido e sustentando sua filha bebê. Ela ganhava cerca de cem rublos por mês como prostituta, e estava economizando para comprar uma máquina de costura. K., de 28 anos, era divorciada, com uma filha de oito meses. Ts., trinta, também divorciada, com dois filhos pequenos e uma mãe idosa para sustentar. Uma mulher havia sido dona de casa até que a morte de seu marido a forçou a procurar trabalho. Demitida após cinco meses em uma oficina de costura, ela tinha um filho pequeno, duas irmãs mais novas e uma sogra dependendo de seus ganhos. "Eu queria me casar novamente", ela disse com tristeza, "mas nenhum homem aceitaria uma família assim"[53].

Os dois maiores grupos de prostitutas urbanas eram as *besprizorniki* – que rapidamente descobriram que a prostituição era mais lucrativa que a mendicância – e as mulheres desempregadas que não conseguiam encontrar trabalho fixo. Naturalmente, as categorias se sobrepunham, pois a linha dividindo as desempregadas das sem-teto era tênue. As mulheres repetiam histórias de divórcio, separação e abandono. Elas eram frequentemente o único sustento de crianças pequenas, irmãos ou parentes idosos. A prostituição representava o destino mais doloroso, mas não o mais improvável, das mulheres sem marido sob a NEP. Era uma ridicularização da ideia de que as mulheres eram indivíduos livres e independentes, que podiam entrar em uma união baseada na livre escolha. Sem um salário independente, as mulheres eram forçadas ao menos livre dos atos: ganhar um

pouco do salário dos homens vendendo sua sexualidade a quem a quisesse. Muitas mulheres expressavam um desejo desesperado de deixar a prostituição. Outras se sentiam profundamente envergonhadas por sua situação. Para a maioria, era o último recurso antes da fome.

Salários baixos e pobreza

Enquanto o desemprego permanecia como uma barreira inegável para a independência das mulheres, a sua concentração nos empregos mais mal remunerados e sem qualificação reforçava sua dependência dos homens. Contudo, por mais escassa que fosse a soma dos salários de uma família trabalhadora, os salários mais altos dos homens asseguravam um padrão de vida melhor para sua mulher e filhos. Mesmo se uma mulher trabalhasse, o divórcio significava uma queda substancial em seu padrão de vida.

As mulheres recebiam apenas 65% dos ganhos dos homens em meados dos anos de 1920. Em 1925, a média do salário das trabalhadoras da indústria era de 32,6 rublos por mês. A maioria das mulheres trabalhadoras (57%) ganhava entre vinte e quarenta rublos; cerca de 20% ganhavam menos de vinte rublos, mas apenas aproximadamente 4% ganhavam mais de sessenta. Havia notavelmente poucas mulheres na extremidade superior da escala salarial. Os salários baixos das mulheres não podiam ser atribuídos ao fato de que trabalhassem menos horas do que os homens. Homens e mulheres trabalhavam aproximadamente o mesmo número de dias por mês e horas por dia[54]. As mulheres ganhavam salários mais baixos porque estavam concentradas nos trabalhos braçais, sem qualificação, no fundo da escala salarial.

Os cortes que ocorreram durante a NEP tiveram o efeito de afastar as mulheres da indústria pesada e mandá-las de volta para os trabalhos tradicionais que tinham antes da guerra. As mulheres, subitamente removidas da mineração, metalurgia e gráfica, retornaram à indústria alimentícia, têxtil e de costura, os tradicionais e mal remunerados bastiões do trabalho feminino. As mulheres sofreram demissões em todas as indústrias devido a sua falta de especialização, mas os cortes mais agudos foram nas indústrias em que haviam entrado pela primeira vez durante os anos da guerra. Na indústria metalúrgica, por exemplo, a parcela feminina da força de trabalho caiu de 15% em 1920 para 8% em 1928, uma redução de 47%. Na mineração, a parcela feminina caiu de 13,7% em 1923 para 7,5% em 1928; e na produção de máquinas de 13,8% em 1923 para 6,8% em 1929. Enquanto a parcela do trabalho feminino decrescia na indústria pesada, ela aumentava na indústria leve e setor de serviços. A porcentagem de mulheres trabalhadoras na Narpit aumentou de 55% em 1923 para 82% em 1928; de 61% para 65% nos serviços de saúde; e de 58% para 61% nas fábricas têxteis[55]. Sua parcela em todos os ramos da indústria alimentícia também aumentou[56]. Entre 1923 e 1928, 343.085 mulheres entraram na força de trabalho industrial, ainda que 71% destas tenham ingressado nos setores tradicionalmente femininos: 214.117 assumiram empregos em fábricas têxteis e mais 30 mil na produção de comida[57]. As mulheres perderam o que haviam ganhado durante a guerra. Conforme a economia se recuperava gradualmente, a divisão pré-guerra de gênero no trabalho se restabelecia, concentrando as mulheres nos setores mais mal remunerados da economia e nos empregos mais mal remunerados e sem qualificação dentro de cada setor.

As delegadas do Congresso de Mulheres observaram como a falta de qualificação das mulheres aparecia com particular relevo nas decisões a respeito de contratações, demissões e promoções. Os gerentes das fábricas frequentemente justificavam a demissão de mulheres com base no fato de que elas não tinham a qualificação necessária para preencher os cargos de melhor salário. E sua falta de qualificação as mantinha nas fileiras dos desempregados. Korotkova, uma delegada da Crimeia, observou: “Se você olhar nos centros de emprego encontrará apenas mulheres. Ninguém quer contratá-las porque não possuem qualificação”[58].

No entanto, outras mulheres observaram que a discriminação persistia mesmo quando elas adquiriam novas habilidades de trabalho. Petrovskaia, uma delegada ucraniana, explicou que a fábrica em sua cidade empregava quinhentas mulheres: 205 haviam aprendido novas habilidades, mas apenas uma ou duas foram promovidas a postos melhores. “Com lágrimas, com gritos, você vai a toda parte”, disse ela indignada, “aos gerentes das fábricas, aos supervisores, mas nossa administração ainda tem a velha visão sobre as mulheres trabalhadoras. A administração acha que as mulheres deveriam apenas varrer o chão”. As mulheres falavam amargamente não apenas de gerentes, mas dos trabalhadores homens também, acusando-os de atitudes sexistas e práticas que debilitavam a igualdade no ambiente de trabalho. Mesmo quando seus colegas do sexo masculino

não eram ativamente hostis, ainda assim eram condescendentes com as mulheres e menosprezavam suas habilidades. Os homens nos pátios de trens zombavam das trabalhadoras, rindo entre si e perguntando: "O que as *babas* [mulheres] vão fazer na oficina?". "Eles interferem em tudo que nos diga respeito", uma delegada declarou furiosamente, "eles interferem na promoção das mulheres a postos mais elevados e qualificados"[59].

As estatísticas demonstravam uma divisão aguda entre trabalho masculino e feminino em todas as indústrias exceto a têxtil, na qual as mulheres superavam largamente o número de homens. Quase 50% dos homens empregados na indústria em 1925 estavam em trabalhos qualificados; outros 30% estavam em empregos semiqualificados; e menos de 20% estavam em posições sem qualificação. Para as mulheres, o número era o contrário: apenas 13% trabalhavam em empregos qualificados; cerca de 42% em semiqualificados; e os 45% restantes em empregos sem qualificação. A concentração de mulheres em empregos sem qualificação se refletia na classificação de seus empregos. Em uma escala de toda a indústria que ia de 1 a 12, 89% das mulheres estavam concentradas nos números de 3 a 6. A vasta maioria dos homens (75%), contudo, estavam no 6 ou acima. Enquanto menos de 10% dos homens estavam nos patamares de 1 a 3, quase 25% das trabalhadoras se encontravam nessas categorias. O patamar médio para os trabalhadores era 6, para as trabalhadoras, 4,3[60]. Até 1927, pouco havia mudado: um quarto dos homens ocupava altas classificações de emprego (patamar 8 ou acima), mas apenas 1,1% das mulheres[61].

Além do mais, mesmo homens e mulheres que ocupavam as mesmas posições recebiam salários diferentes. Uma delegada do Congresso de Mulheres observou furiosamente: "Uma mulher nem sempre recebe o mesmo salário que um homem ainda que façam trabalhos iguais". Ela reclamou que os homens com qualificação recebiam todos os privilégios. Mesmo os macacões não eram distribuídos igualmente[62]! Uma pesquisa salarial de trabalhadores sem qualificação em diversas indústrias em 1928 revelou que as mulheres ganhavam consideravelmente menos que seus colegas homens nos mesmos empregos: cerca de 25% menos na indústria metalúrgica, de algodão e borracha; 15% menos na de tabaco; e 33% menos na produção de sapatos[63].

As delegadas no Congresso foram rápidas em estabelecer a conexão entre a falta de qualificação das mulheres e seus baixos salários a uma série de outros problemas: elas eram mais suscetíveis às demissões; os homens as tratavam com desprezo no trabalho; baixos salários reforçavam sua dependência em relação à família. Uma delegada observou que a incapacidade de uma mulher para sustentar sua família sem um homem era uma importante causa de *bezprizornost'*. "Imagine a situação de uma mulher recebendo um salário na categoria de nível 3", ela disse, "que tem quatro filhos em suas mãos e não possui qualquer esperança de ser capaz de lhes prover sustento no futuro". O problema do *besprizornost'*, ela disse, tinha de ser resolvido pela raiz: fornecendo qualificação às mulheres[64].

As delegadas do Congresso se reportavam repetidamente à importância de um salário independente. A visão da liberação das mulheres a partir da independência econômica animava todas as discussões. Uma delegada falou por muitas quando proclamou:

> O que dá para nós, mulheres, a base para direitos iguais, o que fortalece nossa independência? Nosso salário independente. Todas nós, mulheres, sabemos que um salário independente nos fornece liberdade, forçando aqueles ao nosso redor a nos tratarem como um membro igual da sociedade e da família.[65]

Mulheres de todas as partes do país levantavam o persistente problema da falta de qualificação das mulheres. Elas compreendiam claramente que, sem qualificação e salários mais altos, a igualdade social era, na melhor das hipóteses, uma proposição ilusória.

Dependência reprodutiva e a divisão do trabalho por gêneros

A habilidade das mulheres em adentrar o ambiente de trabalho, melhorar sua qualificação, aprofundar sua educação e participar de um mundo público e político mais amplo se encontrava comprometida não apenas por seus baixos salários, mas também por suas responsabilidades com relação às crianças, que não haviam sido aliviadas. Vera Lebedeva, chefe do Departamento para a Proteção da Maternidade e da Infância (OMM), disse ao Congresso de Mulheres:

Nós ouvimos de vocês as dificuldades que as mulheres encontraram para ganhar seu direito ao trabalho, o direito e a oportunidade de demonstrar sua iniciativa. [...] Essas dificuldades são criadas, em uma medida significativa, porque as mãos das mulheres estão atadas pela maternidade.[66]

O número de estabelecimentos de cuidados para crianças disponíveis imediatamente após a Revolução era lamentavelmente pequeno, ainda que tenha crescido de forma impressionante durante os anos da guerra civil (ver Tabela 9). O número de creches regionais e em fábricas subiu de meras 14 em 1917 para 914 em 1922; lares especiais para mulheres solteiras com crianças foram estabelecidos em todo o país, e o número de lares infantis para órfãos aumentou drasticamente. Mas a NEP teve um efeito dramático sobre os estabelecimentos disponíveis para mulheres e crianças. Em apenas um ano, entre 1922 e 1923, mais da metade das creches e lares para mães solteiras fechou suas portas e os fechamentos persistiram por mais dois anos. Quase todos os serviços destinados a mulheres e crianças foram agudamente reduzidos.

Tabela 9. Instituições de cuidado infantil, 1917-1925

Instituições	1917	1918	1919	Jan. 1920	Jan. 1921	Jan. 1922	Jan. 1923	Jan. 1924	Jan. 1925	Out. 1925	URSS Out. 1925
Creches de fábrica, de *raions*	14	78	126	565	668	914	447	503	536	584	778
Creches rurais*	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	5
Lares para mães e filhos	—	10	17	99	125	237	110	91	80	96	103
Lares de crianças	7	92	121	370	418	765	491	362	313	287	433
Konsultatsiia											
Crianças	6	39	58	133	161	179	137	165	262	372	521
Gravidezes	—	—	—	—	—	29	28	95	169	208	276
Rurais	—	—	—	—	—	—	—	7	117	120	372
Legais	—	—	—	—	—	—	—	30	130	130	130

* Creches permanentes

Fonte: *Trudy III Vsesoiuznogo s"ezdapo okhrane materinstva i mladenchestva* (Moscou, 1926), p. 12.

Muitas delegadas do Congresso de Mulheres falaram sobre os impactos da NEP e a necessidade de mais creches e lares infantis. Ziuzina, do Casaquistão, comentou que todos os lares infantis em sua cidade haviam fechado. Uma mãe solteira não tinha nenhum lugar ao qual recorrer para conseguir que cuidassem de seu filho. "Ela o deixa à mercê do destino ou o atira em algum tipo de abismo", comentou Ziuzina, referindo-se à desesperada prática do infanticídio. As mulheres desempregadas não eram cobertas pelo seguro e não recebiam ajuda alguma com a gravidez, o parto ou o cuidado com os filhos. "Tudo isso recai sobre os mais pobres", disse Ziuzina. "A mãe desempregada não consegue emprego nem assistência." Outra delegada pediu por mais assistência às crianças. "Em lugar algum há uma destruição da família como em Murmansk", explicou ela. Uraimagova, uma delegada da Ossétia do Norte, afirmou: "Para criar mulheres livres, nós precisamos criar as condições necessárias; creches são importantes, [assim como] jardins de infância e outras organizações para crianças". Uma outra delegada mencionou um novo estabelecimento fabril construído na província de Ivanovo-Vosnesensk, um grande centro têxtil, que empregava milhares de mulheres. "Mas o que nós fizemos nesse estabelecimento?", ela inquiriu. "Nós fizemos algo para libertar as mulheres? Não há quase nada lá – nenhum restaurante público, nenhuma creche, nenhum berçário [...] Nós devemos ter a libertação das mulheres em mente quando realizamos a construção de moradia"[67].

Creches e outras instituições de amparo à maternidade não foram os únicos serviços sociais a sofrerem sob a NEP. Durante a guerra civil, um grande número de pessoas, impelidas pela desvalorização do rublo, fazia suas refeições nos restaurantes comunitários (*stolovye*). Quando a fome ameaçou Petrogrado em 1918, o governo

rapidamente organizou *stolovye* nas fábricas e locais de trabalho, e em janeiro de 1920 eles já serviam quase um milhão de pessoas. Após os decretos de 1919 autorizando comida gratuita para crianças, 80% dos jovens habitantes da cidade passaram a receber refeições gratuitas. Na província de Petrogrado, 1.892.513 pessoas recebiam alimentação do governo; 80% da população faziam suas refeições nos *stolovye*. Em Moscou, os refeitórios comunitários foram organizados um pouco mais tarde, ainda que em 1921 a cidade ostentasse 2 mil postos alimentares, servindo 956 mil pessoas, ou 93% da população. Centenas de refeitórios, cozinhas de sopa, estações alimentares e escolas proviam às crianças suas refeições diárias. Os refeitórios comunitários foram organizados mais rápida e efetivamente em áreas com grande população de operários fabris, como Viatka, Perm, Iaroslavl e Tula, mas mais de um terço da população em 49 províncias (mais de 4,5 milhões de pessoas) recebiam refeições de dispensas comunais[68].

O sistema de alimentação social, como muitos programas emergenciais construídos às pressas, apresentava muitos problemas. As pessoas esperavam em longas filas para entrar em refeitórios sujos, nos quais a comida frequentemente estava estragada, as refeições eram parcas, os pratos e utensílios eram insuficientes. Muitos iam aos *stolovye* apenas porque as lojas estavam vazias, e eles recebiam refeições em vez de salários. Com o colapso de uma economia baseada em dinheiro, o *stolovye* tomou o lugar de um sistema de trocas mais complexo. Para o governo, tornou-se o mais eficiente, embora primitivo, meio de alimentar a população urbana.

Contudo, muitos viam o desenvolvimento dos *stolovye* como mais do que uma medida econômica. Eles eram considerados um primeiro passo na construção de uma economia verdadeiramente socialista e na emancipação das mulheres dos pequenos afazeres domésticos. Seus defensores admitiam com facilidade que os *stolovye* eram inadequados, mas essa inadequação era produto da escassez e do colapso econômico e não dos *stolovye* em si mesmos. Os restaurantes públicos eram um avanço social, uma vitória sobre o consumo familiar privado, a encarnação de "um novo modo de vida comunista"[69]. Assim como muitas das características do Comunismo de Guerra posteriormente descartadas como ilusórias ou prematuras, o grande número de pessoas participando do novo sistema levou a que muitos o vissem como um exemplo bem-sucedido do comunismo em ação. Ativistas apontavam com orgulho os esforços bem-sucedidos do governo para alimentar mais de 90% da população em Moscou e Petrogrado. I. Stepanov, um dirigente partidário, escreveu posteriormente com nostalgia:

> Durante os anos do Comunismo de Guerra nós conseguimos alimentar as crianças coletivamente. Todos nós, adultos, estávamos insana e terrivelmente famintos, mas podíamos dizer com razão para todo o mundo: as crianças são os primeiros cidadãos privilegiados de nossa república. Nós podíamos dizer que estávamos dando passos adiante para libertar o amor daqueles elementos degradantes e mortais, libertando o amor da economia e as mulheres da escravidão do lar.[70]

Com o fim do sistema de racionamento em 1921, os refeitórios comunitários começaram a fechar. As lojas de comida abriram novamente, e os trabalhadores passaram a receber um salário em dinheiro. Ainda que muitos estivessem felizes em trocar os sujos *stolovye* por suas refeições caseiras, diversas mulheres se ressentiram ao voltar para suas tarefas não remuneradas de fazer compras e cozinhar para a família. Numerosas trabalhadoras reclamavam que as tarefas domésticas tomavam muito de seu tempo e as impediam de participar de atividades fora de casa. Uma operária fabril da província de Moscou escreveu: "Uma trabalhadora chega em casa após um dia de trabalho de oito horas, janta em oito ou dez minutos e mais uma vez enfrenta uma carga de esforço físico: lavar as roupas, limpar etc.". "Não existem limites para o trabalho doméstico", suspirou outra, pois uma mulher é "diarista, cozinheira, costureira, lavadeira, enfermeira, mãe afetuosa e esposa atenciosa. E quanto tempo leva ir ao mercado e arrastar o jantar para casa!"[71]. Claramente, a retração do sistema de refeitórios comunitários não afetou homens e mulheres da mesma forma. Estudos sobre o gasto de tempo demonstraram que as mulheres eram responsáveis pela maior parte das tarefas domésticas mesmo se trabalhassem fora de casa. A operária fabril trabalhava oito horas por dia da mesma forma que seu parceiro homem, mas quando retornava para casa enfrentava mais cerca de cinco horas de trabalho doméstico; o trabalhador, apenas duas. Os homens tinham em média três horas e meia para relaxar durante o dia; uma mulher, apenas duas horas e vinte minutos. Os homens dormiam uma média de oito horas; mulheres, apenas seis horas e quarenta e cinco minutos[72]. As mulheres gastavam, em média, duas vezes e meia mais tempo do que os homens em tarefas domésticas e, como resultado disso, mal tinham metade do tempo de lazer[73]. Dadas as suas responsabilidades domésticas, não era surpreendente que as mulheres tivessem uma taxa mais alta de analfabetismo e menor interesse em política e atualidades. Uma mulher dificilmente poderia compartilhar das mesmas preocupações e interesses de seu

marido quando seus horizontes estavam bloqueados, dia após dia, por pilhas de lençóis e louça suja.

Muitas das delegadas do Congresso de Mulheres, em 1927, reivindicavam o retorno do sistema de refeitórios comunitários adotado durante o Comunismo de Guerra. Moirova, uma delegada da Narpit, argumentou que as mulheres não poderiam ser livres enquanto cozinhar, limpar e outras tarefas domésticas não fossem completamente socializadas. Disse:

> Nós ainda não nos libertamos do fardo familiar; mesmo entre os trabalhadores, que serão os primeiros a liquidar todos os vestígios do passado em suas famílias, está claro que as mulheres que trabalham em fábricas ainda são forçadas a cuidar das panelas e do fogão.

Ela pedia mais restaurantes públicos, refeições para as crianças e a distribuição de refeições prontas em domicílio. Moirova exortou as mulheres a entrarem nas indústrias de serviços. Se as mulheres fossem refreadas pela crença de que "a *babushka* [vovó] não foi uma torneira mecânica, portanto eu não devo ser uma torneira mecânica", "pois bem", Moirova retrucou, "todas as nossas *babushki* eram boas cozinheiras". As mulheres deviam usar as habilidades que tinham para sua libertação coletiva. Outra delegada sugeriu que os problemas do trabalho doméstico e do desemprego poderiam ser resolvidos simultaneamente, colocando mulheres desempregadas para trabalhar em novas indústrias de serviços ao consumidor[74].

Enquanto a lei via as mulheres como iguais aos homens, o papel delas no lar minava a sua independência. Enquanto o trabalho fosse segregado por gênero, a dependência era conformada na vida familiar. Moirova argumentava que a socialização do trabalho doméstico era essencial para um casamento igualitário e companheiro. "Nós não podemos considerar a construção do socialismo um sucesso se não fizermos uma revolução basilar em nossas próprias famílias", declarou ela.

> Estamos acostumadas a associar fogões, cozinhas, panelas, berços e bebês chorando à família. Em uma sociedade socialista, essas partes da família não devem existir. A família deve consistir de amor, camaradas iguais, cada um dos quais trabalhando naquilo em que pode ser útil para toda a sociedade.[75]

As dificuldades das mulheres impeliram muitos defensores de seus direitos a uma crítica voraz da NEP. Os críticos consideravam os drásticos cortes em serviços sociais e estabelecimentos para cuidados infantis, o aumento no desemprego feminino e a reaparição da prostituição como sinais tangíveis do impacto negativo da NEP nas perspectivas de libertação das mulheres. Trotski, dolorosamente ciente das consequências sociais da NEP, sugeriu que o voluntarismo e a ajuda mútua poderiam compensar o decréscimo nos gastos estatais. Ele estimulou as famílias a se agruparem em "unidades coletivas de manutenção das casas" e a experimentarem a socialização do trabalho doméstico, uma tarefa que o Estado "ainda não pode suprir"[76]. Contudo, outros ativistas, frequentemente apoiadores da NEP, eram críticos em relação a uma estratégia para a libertação baseada somente nos esforços individuais. Lebedeva lembrou como exemplo as mulheres camponesas que iam de vila em vila coletando ovos e farinha para sustentar as creches. Sua iniciativa era louvável, mas o voluntarismo tinha seus limites programáticos. "Isso não é um sistema", afirmou Lebedeva, "e uma rede de creches não pode ser criada pela caridade da população. [...] As creches devem entrar permanentemente nos orçamentos dos comitês executivos dos distritos". Ela notou que os centros nas cidades serviam apenas 16% da população trabalhadora, e a rede de cuidados infantis não estava acompanhando o crescimento do número de mulheres trabalhadoras. Lebedeva concluiu em tom pessimista: "A situação das mulheres não está melhorando, está piorando em termos relativos"[77]. Muitos ativistas defendiam a posição de que a reanimação da economia não deveria ser construída à custa das necessidades das mulheres. Delegadas de uma reunião sobre o trabalho feminino, em 1922, raivosamente chamaram a atenção à "catastrófica situação dos serviços pensados para proteger mães e filhos devido às pressões orçamentárias do Estado durante a NEP". As delegadas exigiram que o Comitê Central compelisse "o Partido inteiro, o Estado soviético e os sindicatos" a considerarem "os problemas da maternidade e da infância". Mais importante, elas advertiam contra a separação dos problemas das mulheres daqueles do Estado e dos trabalhadores. Os problemas das mulheres eram "intimamente ligados à situação da classe trabalhadora como um todo e em circunstância nenhuma deveriam ser considerados separadamente do Estado proletário". O tom firme e intransigente da resolução expressava a insatisfação que numerosos ativistas sociais sentiam em relação à orientação "produtivista" da NEP. Contudo, como apontou Sophia Smidovich, futura líder do *Zhenotdel*, "essa resolução não era mais do que uma voz gritando no deserto"[78].

Pensão alimentícia

Dados os obstáculos para a independência feminina, milhares de mulheres divorciadas recorriam aos tribunais para processar seus antigos maridos em busca de pensões alimentícias ou apoio financeiro para os filhos. O próprio conceito da pensão alimentícia – a expressão monetária da dependência das mulheres em relação aos homens – significava a persistência da família como forma primária de organização social e segurança. A prática da pensão, assegurando que o homem assalariado se responsabilizasse pela mulher necessitada e pela criança, em vez de o Estado cumprir esse papel, revelava a escassez dos serviços sociais e a falta de opções fora da família para as mulheres.

De acordo com o Código da Família de 1918, todas as crianças, independentemente de seus pais serem casados, tinham o direito ao sustento destes até os dezoito anos. A disposição era notavelmente inclusiva, não fazendo nenhuma distinção entre filhos "legítimos" e "ilegítimos". O dispositivo relativo à pensão, em comparação, era bastante limitado. Um ex-cônjuge tinha direito a apenas seis meses de apoio após o divórcio, e apenas se ela ou ele estivesse incapacitado e passando por necessidades. O dispositivo excluía, assim, as mulheres saudáveis, independentemente do quão pobres fossem. Dados os limites da pensão, a grande maioria das mulheres que ia ao tribunal era obrigada a processar apenas pelo apoio aos filhos, ainda que os juristas soviéticos utilizassem o termo "pensão" para abarcar o apoio monetário de ex-cônjuges, filhos e mesmo relações de dependência.

O número de casos de pensão cresceu rapidamente após 1918. No começo, os pedidos de pensão eram "insignificantes". Pesquisando sete tribunais de Moscou em 1918, Goikhbarg observou que o número de divórcios envolvendo filhos era insignificante e que os juízes atribuíam pensão a menos de 1% dos casos[79]. No entanto, conforme o divórcio se tornou mais popular, os números começaram a subir. Em 1919, cerca de 16% dos casos de divórcio em Moscou incluíam pedidos de pensão[80]. Com o fim da guerra civil e o crescimento do desemprego, os pedidos de pensão subiram bruscamente. Em 1923, cerca de 33% de todos os casos de divórcio envolviam pensões. Em 1924 o número havia subido para quase 45%[81].

O número de casos de pensão subiu drasticamente conforme mais e mais mulheres buscavam a ajuda dos tribunais para sustentarem seus filhos. O grande número de casos de pensão também incluíam mães solteiras que processavam seus parceiros em busca de apoio para os filhos. Em 1925, os casos de pedidos de pensão superaram, nos tribunais, os casos de divórcio. A. T. Stel'makhovich, o presidente dos tribunais provinciais de Moscou, observou "um aumento ininterrupto dos casos envolvendo pensão"[82]. Em 1923, os tribunais populares de Moscou lidaram com 2.662 casos de pensão; em 1924, os números haviam quase dobrado, chegando a 2.592 somente no primeiro semestre. Em 1925, os números haviam quase dobrado novamente, alcançando 9.329[83]. Os juízes na cidade de Moscou e tribunais provinciais atenderam aproximadamente 1.300 casos de pensão por mês, em 1925[84].

A controvérsia a respeito da capacidade dos tribunais de lidar com o influxo dos casos de pensão se alastrava. Alguns juristas alegavam que os tribunais estavam inundados, que os oficiais de justiça não conseguiam procurar por todos os maridos errantes em suas listas, e que as mulheres não conseguiam receber as quantias estipuladas nos tribunais[85]. Outros estavam menos perturbados com o rápido aumento dos casos de pensão e defendiam a capacidade dos tribunais em lidar com as consequências da nova lei de divórcio. Nakhimson, presidente do tribunal provincial de Leningrado, repudiou os críticos em um discurso raivoso no *Presidium* do tribunal em 1925. "Muitas pessoas fantasiam sobre as práticas dos tribunais", bufou ele. "Alguns alegam que os casos de pensão estão inundando os tribunais. Isto não é verdade."[86] Diversos outros juízes apoiaram Nakhimson, afirmando que apenas 10% a 20% dos casos civis em seus tribunais correspondiam a pedidos de pensão[87].

O aumento dos casos de pensão era também, em parte, resultado do sucesso soviético de popularização da nova lei. Encorajadas pelos *konsultatsiias* legais (serviço jurídico gratuito) criados para informar as pessoas de seus direitos, pela vasta distribuição de panfletos simples para camponesas e trabalhadoras sobre a lei familiar, e pela confiança em um julgamento potencialmente favorável, mulheres pobres e sem instrução lotavam os tribunais para assegurar seus direitos. Os juízes encorajavam sua iniciativa com decisões favoráveis nas questões de paternidade e amparo aos filhos.

Em 1925, Stel'makhovich conduziu uma pesquisa detalhada de trezentos casos de pensão na cidade de Moscou e em tribunais provinciais[88]. Como presidente, ele tinha acesso a cenas de tribunal que dramatizavam a vida matrimonial e as relações sexuais. Examinando a classe social, estado civil e histórias de caso das demandantes e dos réus, seu estudo oferecia um olhar de perto sobre o uso popular do sistema dos tribunais e sobre a resposta judicial. A pesquisa de Stel'makhovich mostrou que o maior grupo de mulheres, quase 45% das que processavam em busca de pensão, eram solteiras. Apesar da longa tradição da lei czarista proibindo as mulheres de exigir apoio para filhos ilegítimos, as mulheres solteiras foram rápidas para aproveitar a lei. A maioria das mulheres era pobre e não tinha instrução, eram camponesas, trabalhadoras desempregadas, serviçais ou trabalhadoras em empregos sem qualificação. Cerca de um terço havia morado com seus parceiros como "marido e mulher" por mais de um ano, e muitas haviam sido abandonadas quando engravidaram. Dentre esse grupo, quase um quarto das mulheres que prestavam queixas e dos homens réus eram camponeses, a mulher, em geral, de família mais pobre. Ainda que os homens negassem a paternidade em cerca de um terço dos casos, era concedida às mulheres a pensão alimentícia para sustento dos filhos em 99% dos casos. Um caso envolvia um casal de camponeses que estavam envolvidos em uma relação de longo prazo. Quando a mulher engravidou pela primeira vez, o homem a persuadiu a fazer um aborto. Na segunda gravidez, contudo, ela se recusou a fazer outro aborto e teve a criança. Seu parceiro rapidamente a abandonou, mas o juiz soviético não: ele concedeu a ela a pensão alimentícia. Apesar do enorme estigma ligado à ilegitimidade nas vilas e as dificuldades que as camponesas enfrentavam ao buscar seus direitos legais, muitas iam aos tribunais e ganhavam seus casos. Em casos envolvendo relações de longo prazo, o tribunal raramente negava a pensão às mulheres.

Dois terços das mulheres solteiras que iam aos tribunais estavam envolvidas em uniões curtas, frequentemente casuais, com menos de um ano, ou haviam sido vítimas de estupro. Ainda nesses casos, as mulheres eram notavelmente bem-sucedidas em suas reivindicações por pensão. Os juízes geralmente se abstinham de fazer qualquer tipo de julgamento sobre a conduta sexual das mulheres e tentavam, em vez disso, atender suas necessidades como mães. Em um caso, uma criada que vivia em um dormitório com três trabalhadores temporários teve relações com todos os três, mas apontou apenas um como o pai. Ele negou vigorosamente e apontou os outros dois. O juiz, ignorando os protestos que se seguiram, calmamente ordenou que cada um deles pagasse à mulher três rublos por mês até que a criança completasse dezoito anos. Em outro caso, uma criada processou um marceneiro que vivia em seu andar. Ela alegava que ele era o pai da criança. Ele contra-argumentava dizendo que ela o havia visitado apenas para pegar lenha. Mesmo sem testemunhas, a mulher deixou o tribunal com uma pensão mensal. Os juízes davam ganho de causa às mulheres mesmo quando um tempo considerável havia decorrido entre o nascimento da criança e o processo. Uma jovem estudante que havia morado com seu namorado por um período curto, em 1919, engravidou. Eles logo terminaram, ela foi forçada a abandonar a escola, mas ele concluiu seus estudos. Seis anos depois, quando ela ficou doente e perdeu o emprego, ela o processou. O juiz lhe concedeu 10% dos ganhos de seu antigo amante.

Em alguns casos envolvendo uniões curtas, a mulher havia sido coagida a fazer sexo ou estuprada. As criadas e *sluzhashchie* [funcionárias administrativas] eram frequentemente obrigadas a se submeterem às investidas sexuais de seus empregadores ou colegas de trabalho. Mulheres desempregadas ocasionalmente recebiam promessas de emprego em troca de favores sexuais. Nesses casos, os juízes confiavam em grande medida no testemunho da mulher envolvida. Uma criada surda e com deficiência mental, que engravidou após o estupro cometido por um camponês solteiro que a empregou, recebeu uma pensão de 5 rublos por mês para seu filho. E uma faxineira viúva com dois filhos recebeu seis rublos por mês de um colega que a estuprou enquanto ela trabalhava limpando vagões vazios. Ele era um pai casado com cinco filhos. Nos dois casos, o testemunho das mulheres foi corroborado por testemunhas que forneceram apenas evidências circunstanciais.

Mais de 70% dos homens envolvidos em relações de curto prazo negavam a paternidade. Nas vilas, o número chegava a 92%. Stel'makhovich notou que muitos homens tinham "uma abordagem bastante cínica" com as mulheres. Geralmente os outros juízes estavam de acordo, frequentemente dando crédito à história da mulher em detrimento da do homem. Se um homem não pudesse ser identificado como o pai, todos os que tiveram relações sexuais com a mulher eram considerados responsáveis pelo sustento da criança. A evidência frequentemente consistia em uma única testemunha que havia visto o casal passeando junto. Uma trabalhadora sem qualificação que engravidou após suas férias no campo obteve dez rublos por mês de um camponês solteiro. O homem negou a responsabilidade, mas testemunhas afirmaram ter visto o casal junto. Uma mulher desempregada, em Moscou, engravidou após dormir com um veterano do Exército Vermelho que visitou a

cidade. Ainda que ele alegasse não se lembrar dela, o juiz atribuiu um terço de seus ganhos mensais à mulher. A esmagadora maioria das mulheres ganhava seus casos a despeito da falta de provas "substanciais". Stel'makhovich citou apenas um caso em que se descobriu que uma mulher estava mentindo. Uma camponesa pobre (*bedniachka*) que vivia com um homem reivindicou pensão de outro. Ela mais tarde revelou que o havia processado simplesmente porque o réu "possuía duas vacas".

Os juízes em geral empregavam critérios bastante flexíveis para "provar" a paternidade. Normalmente, fiavam-se mais na probabilidade do que no fato comprovado de uma ligação sexual para identificar, nas palavras de Stel'makhovich, "o candidato comparavelmente mais próximo de ser o pai". Além disso, os juízes não estavam excessivamente preocupados em não cometer erros. Estabelecer apoio financeiro para a criança tinha prioridade em relação à preservação dos interesses financeiros dos réus homens. Stel'makhovich escreveu: "Em última instância, a tarefa do tribunal é proteger a criança fornecendo um pai que será materialmente responsável. Desse ponto de vista, se o tribunal está errado e escolhe alguém como pai que não é o responsável pela concepção, então ele ainda não pecou contra os interesses da mãe e da criança"[89].

O segundo maior grupo de casos (37%) envolvia casais que eram casados (em igrejas ou em Zags) e depois divorciados. Aqui, o tamanho da pensão, mais do que a comprovação da paternidade, era a questão central. Entre os casais divorciados, o número dos casados em igrejas (28%) era bem menor do que os casados em Zags (72%). Geralmente, os casados em igrejas já estavam há bastante tempo vivendo separados. A maioria eram casais com filhos adolescentes, que haviam casado novamente e tinham novas famílias. Cerca de 40% das mulheres eram desempregadas ou donas de casa, 23% ganhavam um salário independente e pouco mais de um terço eram camponesas. Os homens eram em sua maioria *sluzhashchie* e operários. Em contraste com as mulheres, apenas 10% dos homens eram camponeses, sugerindo que muitos desses casais haviam se divorciado após o homem deixar sua esposa para encontrar trabalho na cidade.

A custódia e a quantia da pensão eram pontos recorrentes de contenção em casos em que o réu tinha uma nova família para sustentar. Um caso envolvia um diretor de uma usina que ganhava 80 rublos por mês e sua ex-esposa, uma trabalhadora, ganhando 24 rublos por mês. Indo ao tribunal para pedir a custódia de seu filho de sete anos, ele explicou que tinha quatro filhos do segundo casamento e simplesmente não podia pagar os cinquenta rublos por mês estipulados pelo tribunal em 1918. O tribunal ordenou a ele que pagasse 15% do seu salário, reduzindo o pagamento a doze rublos por mês. Outra mulher com filho havia sido casada por 21 anos antes de seu divórcio. Seu ex-marido, um gerente de fábrica que ganhava 145 rublos por mês, havia casado novamente e tinha cinco filhos. Doente e desempregada, ela requisitou 35 rublos por mês para sustentar a si e a seu filho. Ele ofereceu dez rublos e pediu a custódia. O tribunal concedeu a ela vinte rublos, uma quantia que mal cobriria suas despesas mensais. Esses casos tinham todos um tema em comum: as mulheres estavam desempregadas e precisavam de dinheiro; os homens haviam casado novamente e tinham obrigações financeiras com suas novas famílias. Não havia uma solução completamente justa para o problema. Colocado de forma simples, mesmo homens que estavam relativamente bem não podiam sustentar duas famílias com seu salário.

Os casos envolvendo casamentos em Zags eram relativamente diferentes dos casamentos realizados em igrejas. Naturalmente, os casais tendiam a ser mais jovens e com menos filhos. Apenas uma pequena porcentagem havia casado novamente e ainda menos possuía uma segunda família. Nenhuma das mulheres era dona de casa, mas cerca de 14% eram desempregadas, e metade era de camponesas. Os homens eram trabalhadores (42%), camponeses (23%) ou *sluzhashchie* (21%). Aqui, igualmente, tanto os camponeses quanto os trabalhadores tinham dificuldade em pagar as pensões estabelecidas judicialmente. O maior grupo de casais consistia de mulheres camponesas e homens trabalhadores, e muitos desses casos envolviam questões particularmente complicadas de pensão.

As dificuldades para estabelecer um sistema de pagamento para camponeses vivendo em uma economia sem salários, baseada na autossuficiência, surgiam repetidamente entre casais, independentemente de terem se casado em igrejas, serem registrados em Zags ou nunca terem se casado. Homens camponeses, sem acesso a um salário regular, frequentemente alegavam que não tinham dinheiro. Um exemplo típico refere-se a uma mulher trabalhadora de fábrica que estava desempregada e tinha um filho de três anos de seu casamento anterior com um camponês. Ele havia se casado de novo e tido outro filho. Vivendo em uma casa pequena e pobre, alegava não ter dinheiro para pagar pensão. O tribunal estabeleceu em favor de sua ex-esposa uma quantia de três rublos por mês, valor muito baixo para ela e muito alto para ele. Camponeses frequentemente pagavam a pensão em espécie (farinha, leite, frutas etc.), mas se uma ex-mulher e seu filho se mudavam para uma área urbana, tal

quantia não era mais suficiente. Uma jovem camponesa recebia 36 libras de farinha por mês para sustentar seu filho, mas quando foi para a cidade procurar trabalho ela pediu 25 rublos no lugar da farinha. Seu marido explicou ao tribunal que não tinha como pagar e pediu a custódia do filho. A definição de uma quantia "justa" era praticamente impossível quando as famílias se dividiam em dois sistemas econômicos tão diferentes. Dois camponeses com um filho de oito anos haviam se divorciado em 1920. À época, o homem deu a sua ex-esposa e filho um terço da casa e da terra. Os dois acabaram se casando novamente, o homem se mudou para Moscou e obteve um trabalho que pagava 52 rublos por mês. Isso impeliu sua ex-esposa a retornar ao tribunal para pedir pensão em dinheiro. Ele, indignado, se dirigiu ao juiz sobre o acordo anterior: uma tradicional divisão camponesa (*vydel*). Ainda que um tribunal em instância inferior tenha inicialmente recusado o pedido da mulher, a decisão foi revertida e ela conseguiu obter 15 rublos por mês do novo salário de seu ex-marido. Tais casos eram comuns. Os juízes tentavam diariamente resolver as complicadas consequências do divórcio em famílias ainda enraizadas em uma economia não salarial, ou divididas entre os mundos do trabalho assalariado e da autossuficiência camponesa.

Os casos remanescentes de pensão alimentícia, constituindo significativos 18%, se referiam a casais ainda casados. Entre os casos mais trágicos nos tribunais, eles revelavam casamentos arruinados pelo alcoolismo, pobreza, abandono e abuso. Mais da metade das mulheres nesse grupo eram camponesas. Muitas haviam ficado no campo quando seus maridos partiram para trabalhar nas vilas; elas buscaram a ajuda do tribunal quando os maridos pararam de enviar dinheiro para casa. Os homens alegavam grandes despesas e pequenos salários. As mulheres diziam aos juízes "ele bebe" ou "ele está vivendo com outra mulher". Numerosos camponeses haviam deixado suas famílias nos vilarejos e encontrado uma nova "esposa" urbana. Em outros casos, mulheres camponesas deixavam a casa de seus maridos porque eram espancadas ou sofriam abusos. Algumas vezes os camponeses expulsavam suas mulheres de casa porque estavam doentes ou incapacitadas. Um camponês disse ao juiz que sua mulher doente "come pão em troca de nada". Em outros casos, as mulheres tentavam obter algum controle sobre o salário de maridos alcoólatras.

Os tribunais claramente favoreciam as necessidades das mulheres e crianças em sua interpretação do Código de 1918. Juízes utilizavam critérios flexíveis para determinar a paternidade, avaliando se o réu "no curso natural dos eventos podia ser responsável pela gravidez"[90]. E eles tentavam fazer com que os homens assumissem uma responsabilidade contínua por seus filhos. Ainda assim, mesmo as melhores intenções não podiam corrigir outros problemas mais sérios. Ainda que os tribunais não fizessem nenhum julgamento a respeito da conduta sexual das mulheres, geralmente dando crédito a seu testemunho no desígnio da paternidade, as pensões eram em geral pequenas. Além disso, a mulher não tinha direito a apoio pessoal. Abandonada com um filho, com pouca esperança de emprego ou de acesso à creche, ela tinha recursos legais limitados. Enfrentava um futuro sombrio de tentar sustentar a si própria e a um filho com dez ou vinte rublos por mês, às vezes menos.

Além disso, havia severas limitações à determinação, por parte dos tribunais, da quantia a ser paga, pois os salários dos homens eram frequentemente muito baixos para sustentar uma ex-mulher e um filho. Ainda que os homens alegassem pobreza com uma frequência suspeita, na maioria dos casos eles estavam dizendo a verdade. Se um homem se casasse novamente ou se sua ex-mulher estivesse desempregada ou tivesse um filho, todos sofriam. As mulheres raramente conseguiam viver com a quantia estabelecida pelos tribunais, e os homens raramente podiam pagá-las. A pobreza, aliada à dependência das mulheres, criava uma situação que mesmo o Rei Salomão não poderia resolver.

Em Moscou, o trabalhador médio chefiando uma família em 1924 ganhava cerca de 82 rublos por mês. Em circunstâncias ideais, uma segunda fonte de renda, de uma esposa trabalhadora ou um adolescente, elevava os ganhos familiares a 125 rublos mensais. As despesas mensais para essa família média de três pessoas chegavam a 107 rublos[91]. Se o trabalhador se envolvesse com outra mulher que viesse a ter um filho dele, o tribunal provavelmente ordenaria que ele pagasse um terço de seus ganhos para sustentar esse filho. Isso deixaria sua família original em um problema financeiro sério, com cerca de dez rublos a menos do que o necessário para pagar suas despesas mensais. Se esse mesmo trabalhador deixasse sua mulher e filho para ficar com a outra mulher, o tribunal ordenaria que ele pagasse um terço de seu salário para a ex-esposa. Sem o homem assalariado, a renda familiar alcançava apenas 43 rublos por mês, com a pensão, poderia alcançar 70 rublos. Contudo, as despesas mensais para uma mulher com um filho chegavam a cerca de 72 rublos por mês: os ganhos dela e o pagamento dele não conseguiam cobrir adequadamente as despesas básicas da família. E, se uma

mulher não trabalhasse, trabalhasse meio período ou tivesse mais de um filho, a perspectiva financeira da família era ainda mais sombria.

Os homens eram vítimas como as mulheres. Um número surpreendente de homens pedia a custódia dos filhos porque não conseguiam pagar as pensões ordenadas pelos tribunais. Ainda que esses pedidos fossem comuns entre os camponeses, eles eram feitos por trabalhadores assalariados também. Uma vez que um homem se casasse novamente e tivesse uma segunda família, ele frequentemente não conseguia garantir o envio do "terço" de seus ganhos ordenado pelo tribunal para sua ex-mulher e filho.

Dados os grandes obstáculos financeiros para o divórcio, homens e mulheres tendiam a culpar-se mutuamente pelas dificuldades. Juízes recebiam "bilhetes rancorosos" de homens, reclamando das decisões judiciais. Os homens resmungavam dizendo que as pensões levavam ao "casamento soviético sem liberdade", que elas interferiam em sua liberdade, que as mulheres eram libertas à custa dos homens. Eles alegavam que os tribunais eram injustos, que sempre ameaçavam "meter a mão 'no terço'". As mulheres usariam os tribunais para emboscar e chantagear os homens. A pensão seria uma "punição sem o crime"[92].

Milhares de homens simplesmente se recusavam a pagar as quantias estipuladas pelos tribunais. Eles deixavam a cidade ou mudavam de empregos. Sofia Smidovich, líder do *Zhenotdel* em 1924, observou que havia "uma centena de subterfúgios para evitar o pagamento da pensão". Ela argumentou que os tribunais estavam "inundados de casos de pensão". "Mesmo na ocasião de uma decisão favorável", Smidovich afirmou irada, "a mulher (e a prática demonstrou que é sempre a desafortunada mulher que está importunando os tribunais pela pensão) em vão luta para consegui-la. Seu ex-marido ou se muda para o Polo Norte ou alega estar desempregado, órfão etc."[93]. Os oficiais de justiça tinham grande dificuldade em receber dos homens que se recusavam a pagar: apenas cerca de metade dos homens listados nas ordens judiciais chegaram a ser apreendidos[94].

Os problemas criados com as pensões combinados com as dificuldades enfrentadas pelas mulheres sob a NEP criaram grandes pressões para que se revisasse a lei. Uma solução popular era que se mudasse a lei para permitir pensão alimentícia apenas para filhos de casamentos registrados. Enquanto isso favorecia as mulheres casadas e diminuía a sobrecarga dos oficiais de justiça, fazia pouco para resolver os problemas das "esposas" de fato abandonadas. Stel'makhovich, que disse que o divórcio era "um dos grandes presentes da revolução", argumentou que tal liberdade implicava "uma aproximação particularmente cuidadosa e cautelosa do tema do casamento". Vendo a miséria criada pelo divórcio, Stel'makhovich fez uma advertência aos homens: "Em nenhum sentido alguém pode interpretar essa liberdade de escolha como o direito à libertinagem, como o direito a explorar a fraqueza física e material das mulheres"[95].

No entanto, as crescentes estatísticas de divórcio e os pedidos desesperados por pensão demonstraram que o aviso de Stel'makhovich passou despercebido. Enquanto os juízes faziam o que podiam para proteger mulheres e crianças – tendo uma visão leniente da prova de paternidade e concedendo pensões sempre que possível –, eles não podiam resolver os problemas sociais mais amplos que levavam as mulheres aos tribunais. Desemprego, baixa qualificação, falta de serviços sociais e pobreza terrível eram fatores que mitigavam a independência feminina frente à unidade familiar. A ideia de "união livre" teria consequências trágicas e imprevistas para as mulheres enquanto elas não pudessem sustentar a si próprias e a seus filhos. A lei, nascida da tradição do socialismo libertário, estava dolorosamente em contradição com a vida. Nas palavras de Stel'makhovich: "A libertação das mulheres [...] sem uma base econômica que garanta a completa independência material de cada trabalhador é um mito"[96].

---

[1] P. Zagarin, *Oktiabr' v semeinom bytu* (Rostov do Don, 1927), p.16.

[2] A. Stel'makhovich, *Dela ob alimentakh* (Moscou, 1926), p. 60.

[3] Sobre as mulheres rebeldes do século XIX, ver Richard Stites, *The Women's Liberation Movement in Russia: Feminism, Nihilism, and Bolshevism, 1860-1930* (Princeton, Princeton University Press, 1978), p. 89-138; Barbara Engel, *Mothers and Daughters: Women of* intelligentsia *in Nineteenth Century Russia* (Cambridge, Cambridge University Press, 1983); Edward Hallett Carr, *The Romantic Exiles: A Nineteenth Century Portrait Gallery* (Boston, Beacon, 1961). Sobre Alexandra Kollontai, ver Barbara Evans Clements, *Bolshevik Feminist: The Life of Aleksandra Kollontai* (Bloomington, Indiana University Press, 1979), e Beatrice Farnsworth, *Alexandra Kollontai: Socialism, Feminism, and the Bolshevik Revolution* (Stanford, Stanford University Press, 1980).

[4] Para uma discussão excelente sobre as atitudes das mulheres trabalhadoras e camponesas em relação à família nos anos que seguiram à Revolução, ver Barbara Evans Clements, "Working-Class and Peasant Women in the Russian Revolution, 1917-1923", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 8, n. 2, 1982, e "The Effects of the Civil War on Women and Family Relations", em Diane Koenker, William G. Rosenberg e Ronald Grigor Suny (orgs.), *Party, State and Society in the Russian Civil War: Explorations in Social History* (Bloomington, Indiana University Press, 1989). Sobre as mulheres, ver também Beatrice

Farnsworth, “Communist Feminism: Its Synthesis and Demise”, em Carol Berkin e Clara Maria Lovett (orgs.), *Women, War, and Revolution* (Nova York, Holmes and Meier, 1980), p. 195-259; Anne Bobroff, “The Bolsheviks and Working Women, 1905-1920”, *Soviet Studies*, n. 4, 1974, p. 540-67; Barbara Clements, “Bolshevik Women: The First Generation”, Robert McNeal, “The Early Decrees of the *Zhenotdel*”, e Alix Holt, “Marxism and Women’s Oppression: the bolshevik theory and practice in the 1920s”, em Tova Yedlin (org.), *Women in Eastern Europe and the Soviet Union* (Nova York, Praeger, 1980); M. Donald, “Bolshevik Activity amongst the Working Women of Petrograd in 1917”, *International Review of Social History*, n. 27, parte 2, 1982, p. 129-60; Richard Stites, “*Zhenotdel*: Bolshevism and Russian Women, 1917-1930”, *Russian History*, v. 3, n. 1, 1976, p. 174-93.

[5] Alexander Grigor’Evich Goikhbarg, “Eshche o Brakakh i Razvodakh”, *Proletarskaia revoliutsiia i pravo*, n. 2-4, 1919, p. 83.

[6] Ibidem, p. 140.

[7] Mikhailovskii, “O Rozhdaemosti i Smertnosti Naseleniia Soiuza SSR”, em *Trudy III Vsesoiuznogo s”ezda po okhrane materinstva i mladenchestva* (Moscou, 1926), p. 139, daqui em diante citado como Trudy OMM.

[8] “Stenograficheskii Otchet Zasedanii 2 Sessi Vserossiiskogo Tsentral’nogo Ispolnitel’nogo Komiteta XII Sozyva 17 i 19 Oktiabriia 1925 goda po Proektu Kodeksa Zakonov o Brake, Sem’e i Opeke”, em *Sbornik statei i materialov po brachnomu i semeinomu pravu* (Moscou, 1926), p. 110-1.

[9] Alexander Grigor’Evich Goikhbarg, “Eshche o Brakakh i Razvodakh”, cit., p. 83.

[10] Idem.

[11] “Doklad: Predsedatelia M.S.N.S. Tov. Smirnova na Plenume Moskovskogo Soveta RK i KD. 3 oktiabria 1922 goda”, *Proletarskii sud*, n. 1, 1922, p. 11; “Rabota Suda Moskovskoi Gubernii v 1923 gody. Doklad Predsedatelia Gubsuda I. A. Smirnova, 6 Iunia 1924”, *Proletarskii sud*, n. 1-2, 1924, p. 8; Igor’ Aleksandrovich Smirnov, “Sovremennye Zadachi Suda v Derevne”, *Proletarskii sud*, n. 3, 1924, p. 2; A. Stel’makhovich, *Dela ob alimentakh*, p. 8. Essas estatísticas anuais são projeções baseadas em números do primeiro trimestre de 1921, a primeira metade de 1922, e os primeiros três trimestres de 1924 e 1925. O número de divórcios em 1925 é uma média dos 6.938 de Smirnov e os 7.639 de Stel’makhovich.

[12] *Estestvennoe dvizhenie naseleniia RSFSR za 1926 god* (Moscou, 1928), p. 48, 52.

[13] Lubnyi-Gertsyk, “Estestvennoe Dvizhenie Naseleniia SSSR za 1926”, *Statisticheskoe obozrenie*, n. 8, 1928, p. 86.

[14] *Estestvennoe dvizhenie naseleniia RSFSR za 1926 god*, cit., p. 54.

[15] S. Ravich, “Bor’ba s Prostitutsiei v Petrograde”, *Kommunistka*, n. 1-2, 1920, p. 23.

[16] A. Stel’makhovich, *Dela ob alimentakh*, cit., p. 3.

[17] Abram Anikst, “Bezrabonitsa i Zhenskii Trud v Rosii”, *Kommunistka*, n. 2, 1922, p. 37.

[18] P. M. Chirkov, *Sovetskii opyt resheniia zhenskogo voprosa v period stroitel’stva sotsializma (1917-1937)* (Moscou, Universidade Estatal de Moscou, 1979), p. 172, tese de doutoramento em ciências históricas.

[19] Abram Anikst, “Bezrabonitsa i Zhenskii Trud v Rosii”, cit., p. 38.

[20] Idem. As doze províncias são: Vladimir, Viatka, Kostroma, Moscou, Nizhegorod, Penza, Samara, Smolensk, Ufa, os Urais e Iaroslavl.

[21] V. L., “Vliianie Novoi Ekonomicheskoi Politiki na Byt Trudiaschikhsia Zhenschin”, *Kommunistka*, n. 3-5, 1922, p. 15.

[22] Abram Anikst, “Bezrabonitsa i Zhenskii Trud v Rosii”, cit., p. 38.

[23] GAORSSLO, fond 6262, op. 5, delo 9, p. 2.

[24] Carol Hayden, “The *Zhenotdel* and the Bolshevik Party”, *Russian History*, v. 3, n. 1, 1976, p. 150-7; e *Feminism and Bolshevism: The Zhenotdel and the Politics of Women’s Emancipation in Russia* (Berkeley, University of California, 1979), tese de doutoramento.

[25] *Vsesoiuznyi s”ezd rabotnits i krest’ianok. Stenograficheskii Otchet. 10-16 oktiabria 1927 goda* (Moscou, 1927), p. 220. Daqui em diante citado como *S”ezd rabotnits i krest’ianok*.

[26] Ibidem, p. 237.

[27] William Chase, *Workers, Society, and the Soviet State: Labor and Life in Moscow, 1918-1929* (Chicago, University of Illinois Press, 1987), p. 140; V. Usol’tsev, “Zhenskii Trud v SSSR”, *Voprosy Truda*, n. 3, 1928, p. 56.

[28] Edward Hallett Carr, *Socialism in One Country, 1924-1926*, v. 1 (Nova York, Macmillan, 1958), p. 365.

[29] Ver William Chese sobre a posição “produtivista”, *Workers, Society, and the Soviet State*, cit., p. 163; G. Serebrennikov, um economista da década de 1920, justificou a demissão de mulheres nos primeiros anos da NEP com base em seus baixos níveis de qualificação, mas foi mais crítico em relação a essas práticas no fim da década de 1920. Ver Georgii Nikolaevich Serebrennikov, “Zhenskii Trud v SSSR za 15 Let”, cit., p. 61.

[30] P. M. Chirkov, “Sovetskii opyt resheniia zhenskogo voprosa v period stroitel’stva sotsializma (1917-1937)”, cit., p. 172.

[31] G. Pavliuchenko, “Bezrabotitsa Sredi Zhenshchin”, *Kommunistka*, n. 5, 1925, p. 39.

[32] *S”ezd rabotnits i krest’ianok*, cit., p. 225.

[33] William Chase, *Workers, Society, and the Soviet State*, cit., p. 149.

[34] Edward Hallett Carr, *Socialism in One Country, 1924-1926*, cit., p. 387.

[35] *Trinadtsatyi s”ezd RKP (b). Mai 1924. Stenograficheskii otchet* (Moscou, 1963), p. 678, 680.

[36] P. M. Chirkov, “Sovetskii oyt resheniia zhenskogo voprosa v period stroitel’stava sotsialzma (1917-1937)”, cit., p. 173-4.

[37] *Shestoi Vsesoiuznyi s”ezd professional’nykh soiuzov. Stenograficheskii otchet* (Moscou, 1925), p. 223.

[38] Carol Hayden, “The *Zhenotdel* and the Bolshevik Party”, cit., p. 169.

[39] *Shestoi Vsesoiuznyi s”ezd professional’nykh soiuzov. Stenograficheskii otchet*, cit., p. 184.

[40] Ibidem, p. 621.

[41] *S”ezd rabotnits i krest’ianok*, cit., p. 452.

[42] V. L., “Vliianie Novoi Ekonomicheskoi Politiki na Byt Trudiashchikhsia Zhenschin”, *Kommunistka*, cit., p. 15-6.

[43] A. Uchevatov, “Iz Byta Prostitutki Nashikh Dnei”, *Pravo i zhizn’*, n. 1, 1928, p. 52.

[44] Nadezhda Konstantinovna Krupskaia, “Voina i Detorozhdenie”, *Kommunistka*, n. 1-2, 1920, p. 18.

[45] A. Irving, “Vozrastnoi i Natsional’nyi Sostav Prostitutok”, *Rabochii sud*, n. 5-6, 1925, p. 209.

[46] N. O. Duboshinskii, “Sotsial’nyi Sostav Prostitutsii”, *Rabochii sud*, n. 3-4, 1925, p. 127-8.

[47] D. P. Rodin, “Iz Dannykh Sovremennoi Prostitutsii”, *Pravo i zhizn’*, n. 5, 1927, p. 67.

[48] L. A. Vasilevskii e L. M. Vasilevskii, *Prostitutsia i novaia Rossia* (1923), p. 4.

[49] N. O. Duboshinskii, “Sotsial’nyi Sostav Prostitutsii”, p. 125-6.

[50] D. P. Rodin, “Iz Dannykh Sovremennoi Prostitutsii”, cit., p. 68; A. Uchevatov, “Iz Byta Prostitutki Nashikh Dnei”, cit., p. 53.

[51] Oleg Ol’ginskii, “Prostitutsiia i Zhilishchnyi Vopros”, *Rabochii sud*, n. 5-6, 1925, p. 205.

[52] D. P. Rodin, “Iz Dannykh Sovremennoi Prostitutsii”, cit., p. 67, 69.

[53] A. Uchevatov, “Iz Byta Prostitutki Nashikh Dnei”, cit., p. 52-3, 55.

[54] B. Markus, “Zhenskii Trud v SSSR v 1924 gody”, *Kommunistka*, n. 4, 1925, p. 49; Adol’f Grigor’evch Rashin, *Zhenskii trud v SSSR* (Moscou, 1928), p. 37, 39.

[55] Georgii Nikolaevich Serebrennikov, “Zhenskii Trud v SSSR za 15 Let”, *Voprosy truda*, n. 11-12, 1932, p. 60-1.

[56] F. Vinnik, “Bezrabotitsa Sreda Zhenshchin y Pishchevikov”, *Voprosy truda*, n. 2, 1929, p. 121.

[57] B. Marsheva, “Problema Zhenskogo Truda v Sovremennykh Usloviiakh”, *Voprosy truda*, n. 2, 1929, p. 40.

[58] *S”ezd rabotnits i krest’ianok*, cit., p. 287.

[59] Ibidem, p. 237, 243, 255, 301.

[60] Adol’f Grigor’evich Rashin, *Zhenskii trud v SSSR*, cit., p. 12-3.

[61] Georgii Nikolaevich Serebrennikov, “Zhenskii Trud v SSSR za 15 Let”, cit., p. 64.

[62] *S”ezd rabotnits i krest’ianok*, cit., p. 255.

[63] N. V., “K Voprosu o Planirovanii Zarplaty”, *Voprosy truda*, n. 3-4, 1929, p. 45.

[64] *S”ezd rabotnits i krest’ianok*, cit., p. 240-1.

[65] Ibidem, p. 276.

[66] Ibidem, p. 442.

[67] Ibidem, p. 20, 231, 267, 300.

[68] A. Sviderskii, “Razvitie Obshchestvennogo Pitaniia v Rykakh Zhenshchiny”, *Kommunistka*, n. 8-9, 1921, p. 26-9.

[69] Ibidem, p. 26, 29, 30.

[70] I. Stepanov, “Problema Pola”, em E. Iaroslavskii (org.), *Voprosy zhizni i bor’by* (Moscou, 1924), p. 205.

[71] Z. Rakitina, “Byt po Zametkam Rabotnits”, *Kommunistka*, n.12, 1926, p. 32.

[72] V. V. Sokolov, *Prava zhenshchinu po sovetskim zakonam* (Moscou, 1928), p. 16.

[73] Michael Paul Sacks, *Women’s Work in Soviet Russia: Continuity in the Midst of Change* (Nova York, Praeger, 1976), p. 39.

[74] *S”ezd rabotnits i krest’ianok*, cit., p. 243, 252.

[75] Ibidem, p. 250.

[76] Leon Trotski, *Women and the Family* (Nova York, Pathfinder, 1970), p. 26-8.

[77] *S”ezd rabotnits i krest’ianok*, cit., p. 448, 450.

[78] S. Smidovich, “O Novom Kodekse Zakonov o Brake i Sem’e”, *Kommunistka*, n. 1, 1926, p. 47.

[79] Alexander Grigor’Evich Goikhbarg, “O Brakakh i Razvodakh”, *Proletarskaia revoliutsiia i pravo*, n. 5, 1918, p. 15. As estatísticas judiciais soviéticas não distinguiam a pensão alimentícia do subsídio de menores, portanto é impossível separar os julgamentos de manutenção de um cônjuge daqueles em benefício de um filho. A palavra *alimenti* cobria ambos os casos.

[80] Ibidem, p. 85.

[81] “Rabota Suda Moskovskoi Gubernii v 1923 godu. Doklad Predsedatelia Gubsuda I. A. Smirnova”, p. 8; e Igor’ Aleksandrovich Smirnov, “Sovremennye Zadachi Suda v Derevne”, cit., p. 2.

[82] A. Stel’makhovich, *Dela ob alimentakh*, cit., p. 7; A. Stel’makhovich, “Alimentnye Dela”, *Proletarskii sud*, n. 4-5, 1926, p. 1.

[83] “Rabota Suda Moskovskoi Gubernii v 1923 godu”, cit., p. 2.

[84] A. Stel’makhovich, *Dela ob alimentakh*, cit., p. 7-9.

[85] S. Smidovich, “O Novom Kodekse Zakonov o Brake i Sem’e”, cit., p. 49-50; Li, “O Proekte Kodeksa Zakonov o Brake, Sem’e i Opeke”, *Rabochii sud*, n.2, 1926, p. 78; N. Zaks, “Zamechaniia po Prakticheskoi Rabote”, *Proletarskii sud*, n.2, 1926, p. 5.

[86] “Zasedanie Prezidiuma Leningradskogo Gubsuda”, *Rabochii sud*, n. 1, 1926, p. 23.

[87] Ver ibidem, p. 23-30, testemunho dos juízes; e “Diskussiia po Povodu Proekta Kodeksa Zakonov o Brake, Sem’e i Opeke”, *Rabochii sud*, n. 3, 1926, p. 231-242.

[88] O conjunto do material seguinte foi extraído de A. Stel’makhovich, *Dela ob alimentakh*, cit.

[89] Ibidem, p. 49-50.

[90] Ibidem, p. 49.

[91] Elena Osipovna Kabo, *Ocherki rabochego byta* (Moscou, 1928), p. 19.

[92] A. Stel'makhovich, "Alimentnye Dela", cit., p.1.

[93] S. Smidovich, "O Novom Kodekse Zakonov o Brake i Sem'e", cit., p. 49 -50.

[94] "Diskussiia po Povodu Proekta Kodeksa Zakonov o Brake, Sem'e i Opeke", p. 233.

[95] A. Stel'makhovich, "Alimentnye Dela", cit., p.1-2.

[96] Ibidem, p. 2.